



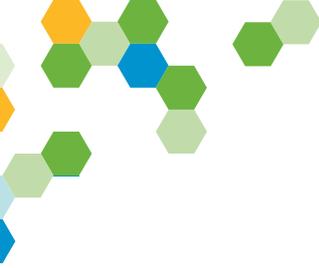
RELATÓRIO ESPECIAL

A Superterça e sua importância nas primárias presidenciais dos Estados Unidos

Madrid, março 2016

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA



I. INTRODUÇÃO

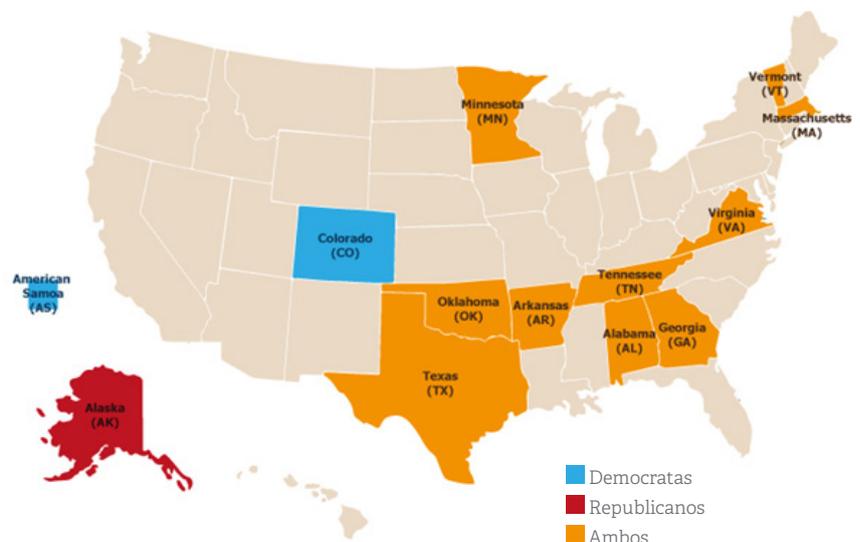
1. INTRODUÇÃO
2. POR QUE A SUPERTERÇA É IMPORTANTE?
3. RESULTADOS DAS PRIMÁRIAS DA SUPERTERÇA DE 2016
4. BREVE HISTÓRIA DA SUPERTERÇA
5. PRIMEIRO TESTE REAL DE ELEGIBILIDADE
6. COMO OS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS SÃO SELECIONADOS NOS ESTADOS UNIDOS
7. AS QUATRO PRIMEIRAS PRIMÁRIAS
8. O QUE VEM A SEGUIR PARA AS PRIMÁRIAS REPUBLICANAS E DEMOCRATAS EM 2016?
9. NOVATOS E FIGURINHAS CARIMBADAS
10. IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA
11. IMPLICAÇÕES PARA ESPANHA E PORTUGAL

AUTORES

A Superterça, realizada a 1º de março deste ano, é um dos momentos cruciais do processo eleitoral presidencial americano por sua importância em determinar quais candidatos por fim conseguirão delegados suficientes para se tornarem o candidato a presidente do seu partido (republicano ou democrata). A Superterça é basicamente a terça-feira em fevereiro ou março durante as eleições primárias presidenciais quando o maior número de estados vota no mesmo dia para alocar delegados que nomearão o candidato do seu partido.

Tendem a variar de ano para anos os estados que realizam primárias na Superterça e o número exato deles. Em 2008, 25 estados fizeram suas primárias nesse dia. Este ano tanto os republicanos quanto os democratas competiram em 11 estados: **Alabama, Alaska, Arkansas, Geórgia, Massachusetts, Minnesota, Oklahoma, Tennessee, Texas, Vermont e Virgínia**. Além disso, os republicanos realizaram prévias no Colorado e Wyoming, mas nenhum dos dois estados obteve seus candidatos nesse dia. Os democratas também realizaram prévias no **Colorado** e no território da **Samoa Americana**. Depois de todos os debates internos ao partido, reuniões abertas ao público em câmaras de vereadores, comícios e campanhas para arrecadar dinheiro, as primárias são o último obstáculo entre os candidatos e o voto para presidente, e a Superterça é historicamente um dia decisivo para determinar o resultado ou a tendência das coisas.

Figura 1. Estados da Superterça em 2016



Fonte: Elaboração própria.

“Os vencedores nessas primárias ganham uma quantidade de delegados, abrindo caminho para acumular o número necessário para assegurar a nomeação do seu partido”

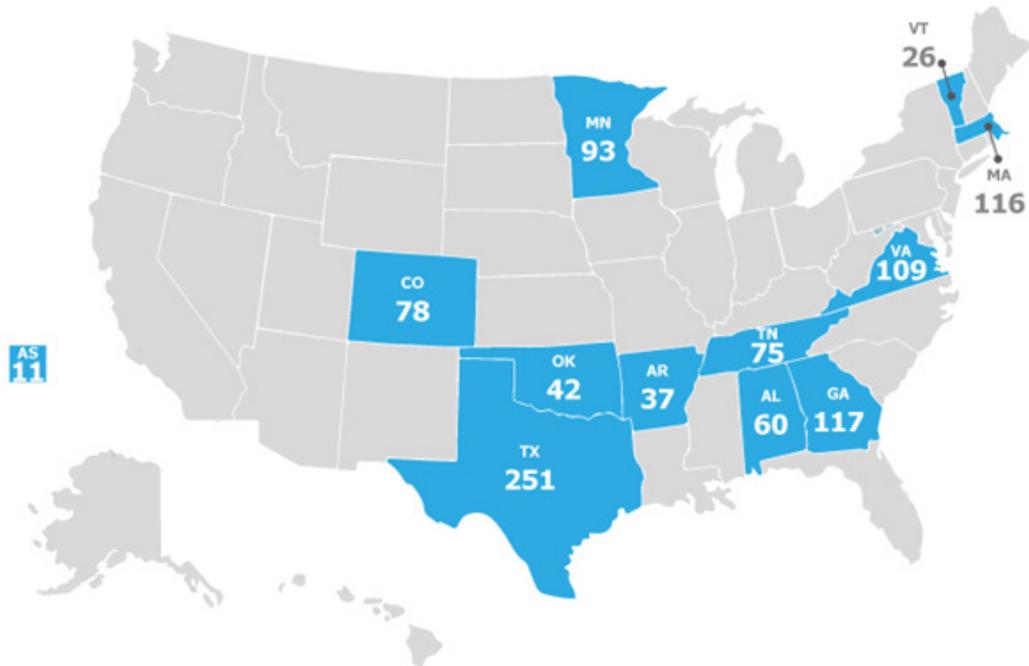
2. POR QUE A SUPERTERÇA É IMPORTANTE?

Na Superterça o número de delegados comprometidos, ou seja, obrigados a votar num candidato determinado, é muito maior do que nas quatro primárias ou prévias (Iowa, New Hampshire, Carolina do Sul e Nevada). Apesar de não ter um número definido de estados participantes, é claramente o dia em que se compromete a maioria dos candidatos. Isso significa que a Superterça é uma oportunidade de conseguir uma nomeação ou ressurgir de um desempenho negativo nas quatro primeiras primárias. A maioria dos estados da Superterça aloca seus delegados proporcionalmente, ou seja, atribuem-se delegados a vários candidatos com base nos resultados. Os candidatos que não recebem o apoio necessário na Superterça muitas vezes se retiram de vez da corrida, especialmente porque eles devem obter certa percentagem - que pode chegar a 20 % em alguns estados - dos votos que serão dados a qualquer delegado. Quem ganha

por largas margens tem uma bela vantagem; 50% dos votos na Superterça podem conseguir todos os delegados em jogo num estado, apesar da proporcionalidade do certame. É essencialmente o primeiro momento no processo de primárias do país que se estende por várias regiões no mesmo dia.

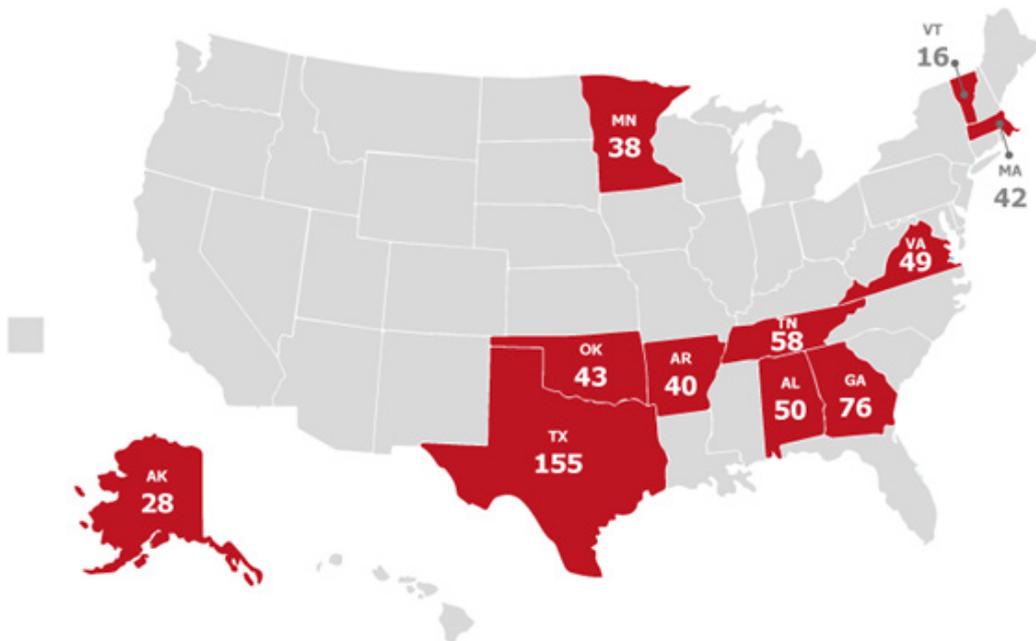
Os vencedores nessas primárias ganham uma quantidade de delegados, abrindo caminho para acumular o número necessário para assegurar a nomeação do seu partido. Dos 1 237 delegados necessários para ganhar a primária republicana, 595 (mais de 48%) foram alocados esta Superterça. No lado dos democratas, decidiram-se 865 dos 2 383 delegados (mais de 36%) necessários para ganhar a nomeação, e há mais 150 delegados não comprometidos, também conhecidos como superdelegados, disponíveis nos estados da Superterça para um total de 1 015 delegados democratas. Nenhum outro dia no ciclo eleitoral das primárias supera esses números para nenhum dos dois partidos.

Figura 2. Delegados democratas na Superterça (1 015/2 383 necessários)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3. Delegados republicanos na Superterça (595/1 237 necessários)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4. Resultados dos democratas na Superterça* (número de delegados)

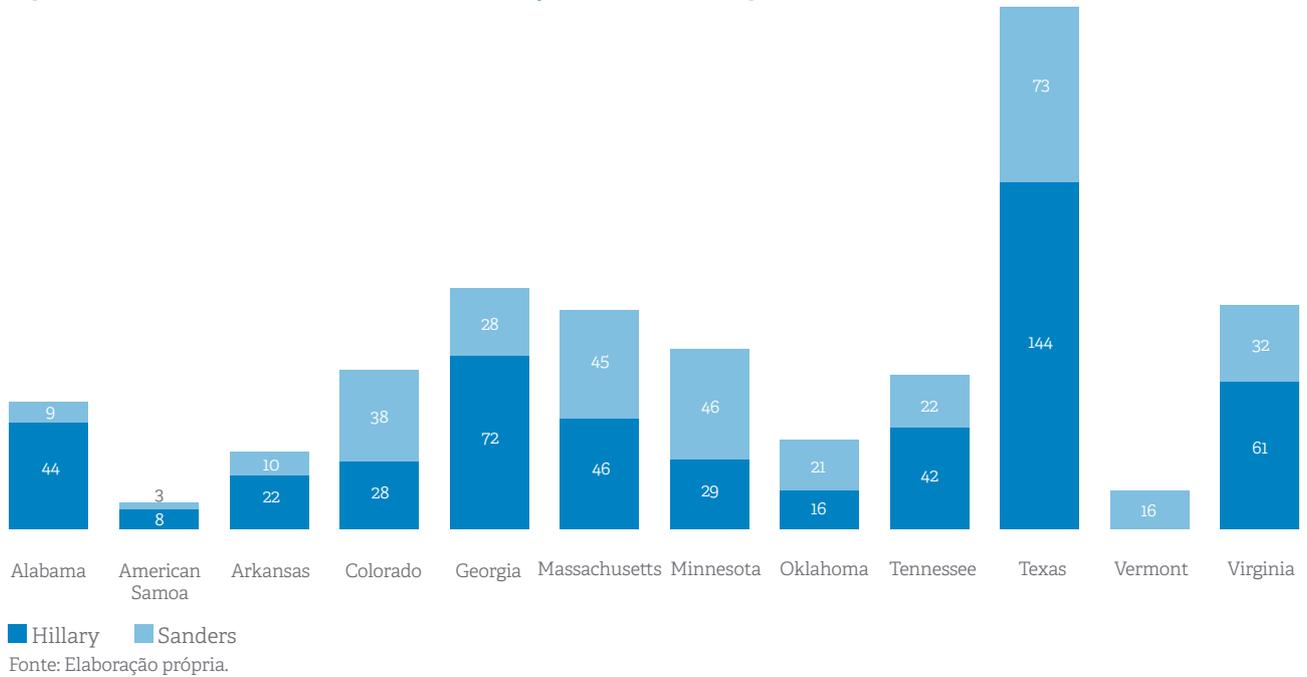
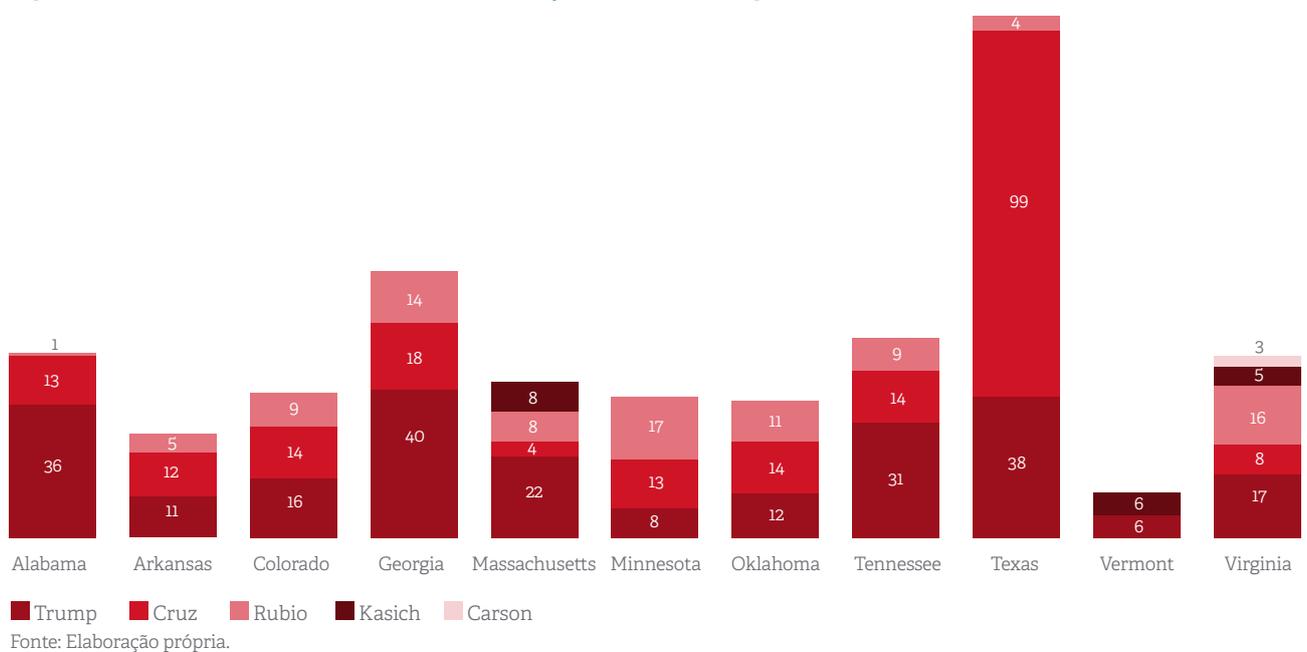


Figura 5. Resultados dos republicanos na Superterça (número de delegados)



*Note que, embora se tenham contado os 150 superdelegados democratas no número total de delegados na fig. 2, eles não aparecem na fig. 4 por não serem comprometidos.

“O lado republicano viu o empresário e magnata imobiliário Donald Trump ganhar em sete de 11 estados”

3. RESULTADOS DAS PRIMÁRIAS DA SUPERTERÇA DE 2016

Nos resultados deste ano, a candidata democrata, a ex-secretária de Estado americano Hillary Clinton, ganhou a maioria dos estados disponíveis do senador por Vermont Bernie Sanders. Hillary era a favorita em estados grandes como o Texas, Virgínia e Geórgia, que alocaram um número grande de delegados. Ela também ganhou por uma pequena margem em Massachusetts, e por boas margens no Tennessee e Virgínia. Sanders conseguiu ganhar seu estado natal de Vermont e os estados do Colorado, Minnesota e Oklahoma. Ao ganhar por margens de dois dígitos na maioria dos estados, Hillary Clinton conseguiu uma boa liderança na contagem de delegados. Atualmente tem 1,052¹ delegados, bem na frente de Sanders, que só conseguiu 427 delegados. A maior parte desta discrepância encontra-se nos superdelegados, a maioria dos quais já disse apoiar Hillary.

O lado republicano viu o empresário e magnata imobiliário Donald Trump ganhar em sete de 11 estados, com o senador Ted Cruz ganhando no seu estado natal do Texas e também no Alaska e Oklahoma. O senador pela Flórida Marco Rubio obteve a primeira vitória do ano, levando o estado de Minnesota. Os resultados ajudaram a solidificar Trump como o favorito da nomeação republicana.

Apesar de Trump ter uma liderança significativa em delegados, seus dois adversários principais prometeram continuar na corrida, com a esperança de ganhar a nomeação, ou pelo menos afastar delegados suficientes de Trump para forçar uma convenção contestada caso ele não atinja o número necessário de 1 237 delegados até 7 de junho, quando se realizará a primária republicana final. Ademais, com a primária do estado natal de Rubio (a Flórida) em 15 de março, junto com outros estados importantes como Ohio e Illinois, que oferecem números grandes de delegados, é ainda possível alcançar a contagem de delegados de Trump, particularmente por se tratar de estados em que o vencedor leva tudo no tocante à alocação de delegados.

A atual contagem “projetada” de delegados traz Trump em primeiro lugar com 319 delegados, Cruz em segundo com 226 delegados e Rubio em terceiro com 110 delegados. Os outros dois candidatos, o governador de Ohio John Kasich e o Dr. Ben Carson, obtiveram votos suficientes para ganhar vários delegados na Superterça, o que os deixou com 25 delegados e 8 delegados, respectivamente. Após estes resultados, Carson declarou não via uma trajetória política no futuro e, de facto, já saiu da corrida eleitoral.

¹ Número projetados de delegados extraídos da Associated Press em 3 de março de 2016.

Figura 6. Resultados/delegados ganhos por Estado

ESTADO	RESULTADOS DEMOCRATAS/ DELEGADOS GANHOS			RESULTADOS REPUBLICANOS/ DELEGADOS GANHOS		
ALABAMA	Clinton	77,8 %	44	Trump	43,4 %	36
	Sanders	77,8 %	44	Cruz	21,1 %	13
				Rubio	18,7	1
				Carson	10,2 %	0
				Kasich	4,4 %	0
SAMOA AMERICANA ²	Clinton	4,6	3,4	N/A		
	Sanders	73 %	1,9			
ALASKA				Cruz	36,4 %	12
				Trump	33,5 %	11
				Rubio	15,1 %	5
				Carson	10,9 %	0
				Kasich	4,1 %	0
ARKANSAS	Clinton	66,3 %	22	Trump	32,8 %	16
	Sanders	29,7 %	10	Cruz	30,5 %	14
				Rubio	24,9 %	9
				Carson	5,7 %	0
				Kasich	3,7 %	0
COLORADO	Sanders	59 %	38	N/A		
	Clinton	40,3 %	28			
GEÓRGIA	Clinton	71,3 %	72	Trump	38,8 %	40
	Sanders	28,2 %	28	Rubio	24,4 %	14
				Cruz	23,6 %	18
				Carson	6,2 %	0
				Kasich	5,6 %	0
MASSACHUSETTS	Clinton	50,1 %	46	Trump	49,3 %	22
	Sanders	48,7 %	45	Kasich	18 %	8
				Rubio	17,9 %	8
				Cruz	9,6 %	4
				Carson	2,6 %	0

² Resultados projetados para a Samoa Americana extraídos de ABC News em 3 de março de 2016.

MINNESOTA	Sanders	61,6 %	46	Rubio	36,5 %	17
	Clinton	38,4 %	29	Cruz	29 %	13
				Trump	21,3 %	8
				Carson	7,3 %	0
				Kasich	5,8 %	0
OKLAHOMA	Sanders	51,9 %	21	Cruz	34,4 %	14
	Clinton	41,5 %	16	Trump	28,3 %	12
				Rubio	26 %	11
				Carson	6,2 %	0
				Kasich	3,6 %	0
TENNESSEE	Clinton	66,1 %	42	Trump	38,9 %	31
	Sanders	32,4 %	22	Cruz	24,7 %	14
				Rubio	21,2 %	9
				Carson	7,6 %	0
				Kasich	5,3 %	0
TEXAS	Clinton	65,2 %	144	Cruz	43,8 %	99
	Sanders	33,2 %	73	Trump	26,7 %	38
				Rubio	17,7 %	4
				Kasich	4,2 %	0
				Carson	4,2 %	0
VERMONT	Sanders	86,1 %	16	Trump	32,7 %	6
	Clinton	13,6 %	0	Kasich	30,4 %	6
				Rubio	19,3 %	0
				Cruz	9,7 %	0
				Carson	4,2 %	0
VIRGÍNIA	Clinton	64,3 %	61	Trump	34,7 %	17
	Sanders	35,2 %	32	Rubio	31,9 %	16
				Cruz	16,9 %	8
				Kasich	9,4 %	5
				Carson	5,9 %	3

Fonte: Elaboração própria.

“Nos Estados Unidos, selecionar um candidato presidencial é um processo demorado, que começa bem antes da Superterça e das primárias oficiais”

4. BREVE HISTÓRIA DA SUPERTERÇA

Dada sua importância, é estranho pensar que a Superterça é uma tradição relativamente recente. O termo foi usado pela primeira vez durante as eleições primárias de 1976, mas só em 1988, quando os democratas sulinos tentaram aumentar a influência da sua região e contestar a importância das primárias no início do ano, que o termo assumiu seu significado moderno. Realizaram-se 21 primárias numa terça-feira, 8 de março de 1988, número nunca visto, tentando (e não conseguindo no final) nomear um candidato mais moderado, o que originou a Superterça.

Cada governo estadual é livre para escolher qualquer data que quiser para as primárias ou prévias do estado contanto que respeite as leis estaduais e não interfira na tradição das quatro primeiras primárias. Assim, a cada ano aparece uma configuração diferente de estados na Superterça, segundo aquilo com que os governos estaduais em questão conseguirem concordar. É particularmente vantajoso para estados menores com menos delegados coordenar suas primárias, uma vez que os candidatos se dirigirão a estados maiores com mais delegados se forem forçados a escolher.

5. PRIMEIRO TESTE REAL DE ELEGIBILIDADE

A Superterça ultrapassa as implicações daquilo que os democratas sulinos tentaram fazer em 1988, que é indubitavelmente o motivo pelo qual ela fez parte de todas as eleições primárias subsequentes. Antes de se estabelecer a Superterça, as primárias eram realizadas espaçadamente em todo o ano da corrida presidencial, dando aos candidatos tempo para conhecer os eleitores em cada estado - e assim lhes dizer o que queriam ouvir a fim de ganhar cada uma das primárias. Realizar tantas primárias no mesmo dia torna essa prática, chamada “política varejista”, praticamente impossível. A Superterça de fato força os candidatos a nacionalizar suas mensagens, não só reduzindo a política varejista, mas também tornando-a o primeiro teste real de elegibilidade nacional a que se sujeitam os candidatos presidenciais americanos. Por isso não é surpreendente que vitórias de lavada na Superterça com frequência prevejam nomeações.

6. COMO OS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS SÃO SELECIONADOS NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, selecionar um candidato presidencial é um processo demorado, que começa bem antes da Superterça e das primárias oficiais. Candidatos

“A decisão de se ter uma primária ou prévia é tomada em nível estadual”

de cada partido político fazem campanha em todo o país para ganhar o favor do seu partido e receber doações de cidadãos, organizações e empresas. Nesse período, os candidatos mais cotados de cada partido participam em debates presidenciais, dão inúmeras entrevistas à imprensa e realizam muitas outras atividades para espalhar sua mensagem e suas ideias e se tornar conhecidos.

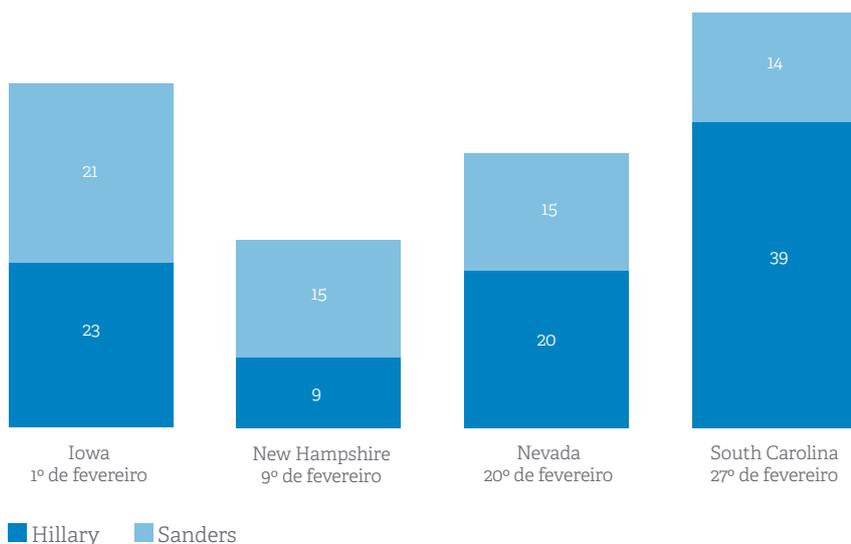
Isso é seguido pelas primárias e prévias, nas quais os cidadãos votam no seu candidato preferido. As primárias e prévias realizam-se durante vários meses, geralmente durante os seis primeiros meses do ano em que se elegerá o presidente, e podem ser abertas, ou seja, qualquer cidadão de qualquer partido pode votar em qualquer candidato, ou fechadas, ou seja, apenas os membros registrados de cada partido podem votar nos candidatos desse partido. Também difere o processo de votação, com as primárias sendo administradas pelos estados, enquanto as prévias são normalmente organizadas pelos partidos políticos do estado. A decisão de se ter uma primária ou prévia é tomada em nível estadual.

Nas primárias e prévias, os eleitores votam para designar delegados. Cada estado tem certo número de delegados, conforme decide o Comitê Nacional do partido, a maioria dos quais são “comprometidos”, ou seja, são obrigados a votar de acordo com os votantes no seu estado na Convenção Nacio-

nal do partido, mas alguns são “descomprometidos”, ou seja, os resultados da primária estadual não afetam seus votos. Em muitos estados, os delegados são comprometidos proporcionalmente, ou seja, o candidato que receber 60% dos votos receberá 60% dos delegados comprometidos na Convenção Nacional. Em alguns estados, designam-se delegados com base no esquema o vencedor leva tudo, portanto o candidato que recebe a maioria dos votos receberia 100% dos delegados comprometidos desse estado. Os candidatos precisam de certo número de delegados (1 237 para os republicanos e 2 383 para os democratas) para ganhar a nomeação na Convenção Nacional.

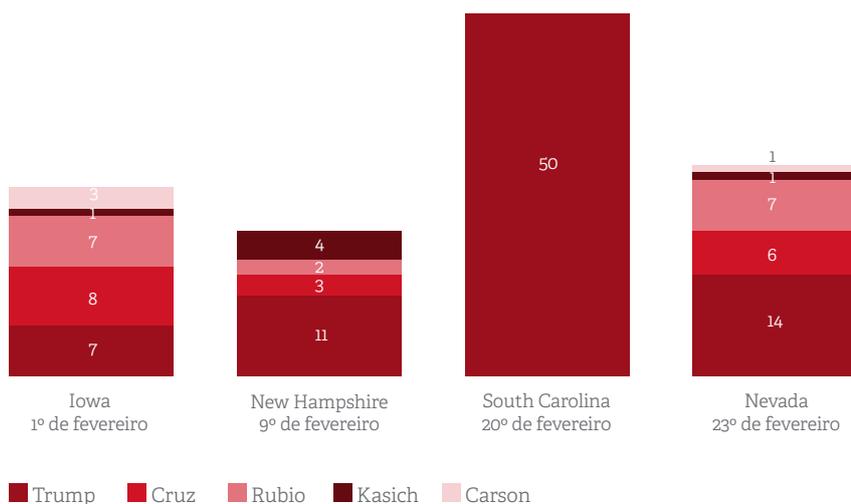
Vota-se durante um longo período, aproximadamente seis meses, porque isso põe todos os candidatos em pé de igualdade. Se todos os 50 estados realizassem suas primárias e prévias no mesmo dia, isso daria uma vantagem boa demais aos candidatos com maiores recursos financeiros. As campanhas seriam feitas principalmente por meio de guerras publicitárias televisadas e na internet, com mais interação limitada entre os candidatos e os votantes. Naturalmente, há certa controvérsia ao redor deste processo; a natureza vacilante das primárias significa que os estados que realizam suas primárias no começo do ano exercem muita influência no processo, enquanto os últimos estados a fazer o mesmo com frequência entram numa competição já decidida.

Figura 7. Resultados dos democratas nas quatro primeiras primárias (número de delegados)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 8. Resultados dos republicanos das quatro primeiras primárias (número de delegados)



Fonte: Elaboração própria.

7. AS QUATRO PRIMEIRAS PRIMÁRIAS

As quatro primeiras primárias, que envolvem Iowa, New Hampshire, Carolina do Sul e Nevada, assinalam o início das primárias e prévias. Apesar de não comprometerem muitos candidatos como outros estados, são importantes mesmo assim. Servem para dar o tom ao resto da temporada política, com candidatos que se saem bem no início e ganham ímpeto e avançam para assegurar a nomeação.

Por exemplo, nenhum candidato de nenhum dos partidos perdeu a nomeação depois de ganhar tanto em Iowa quanto em New Hampshire desde o ocorrido com o senador democrata Ed Muskie em 1972. Da mesma forma, nenhum candidato ganhou a nomeação sem ganhar ou Iowa ou New Hampshire desde o ocorrido com o governador democrata (e ex-presidente) Bill Clinton em 1992, o que demonstra o peso simbólico que as primárias têm no início do ano.

Também existem benefícios palpáveis. A mídia cobre mais de perto quem ganha as quatro primeiras primárias, dando-lhes mais visibilidade no resto da nação. Tal visibilidade pode levar a mais doações além do claro benefício da exposição. Ganhos geram ganhos, que geram delegados, e isso começa nas quatro primeiras primárias. O que é igualmente importante, montam o cenário político à medida que as campanhas se voltam para os votos importantíssimos da Superterça.

“O vencedor absoluto que surgiu dos votos de 1.º de março foi Hillary Clinton”

8. O QUE VEM A SEGUIR PARA AS PRIMÁRIAS REPUBLICANAS E DEMOCRATAS EM 2016?

Os resultados da Superterça deste ano de fato confirmaram a direção das corridas para as nomeações de candidatos a presidente. Entretanto, a realidade de cada um dos partidos é completamente diferente.

OS DEMOCRATAS

O vencedor absoluto que surgiu dos votos de 1.º de março foi Hillary Clinton. Seus triunfos acachapantes em estados como Geórgia e Texas (ganhou de mais de 40% na Geórgia) essencialmente cimentaram sua nomeação presidencial. Embora ainda não tenha ganhado a corrida em termos matemáticos, sua clara liderança em número de delegados deixa o caminho aberto para a nomeação presidencial. As sondagens também indicam que ela está bem na frente do seu único adversário político nos demais estados. A maioria das pessoas que influenciam o andamento do partido e que lhe fazem doações está disposta a apoiá-la na vitória da Convenção Democrata de julho em Filadélfia.

Quaisquer questões de um desafio potencial por parte de Sanders, que ganhou visibilidade depois dos seus bons resultados em Iowa e New Hampshire, começaram a dissipar-se na Carolina do Sul e Nevada e durante os votos da Superterça. Como se pre-

via, Hillary Clinton conseguiu mais apoio em estados maiores com populações etnicamente diversas, especialmente entre hispânicos e afro-americanos. Além disso, à medida que a corrida abrangia um número maior de estados que votavam ao mesmo tempo, o reconhecimento do nome Clinton, a organização de campanha no local e a enorme capacidade de arrecadamento deram-lhe uma vantagem. Quando os candidatos não podem apresentar-se por um período significado em determinado estado, os votantes têm mais probabilidade de basear suas opiniões no que veem na televisão, no rádio e em outras fontes de notícias, no que significa o nome para eles e no que ouvem de equipes de campanha política local.

Embora a campanha de Hillary Clinton esteja celebrando os resultados, eles não estão tão radiantes porque, ainda que Sanders esteja bem atrás na contagem de delegados, ele chegou a ganhar dela em cinco estados (quatro na Superterça) e apresentou um número de pontos fracos que a concorrente republicana usará a seu favor. Sanders, que também não era conhecido nacionalmente antes das primárias, ainda assim conseguiu que o público que compareceu a seus comícios se entusiasmasse com as suas ideias. Igualmente importante, mesmo nos estados em que perdeu, ele ganhou facilmente os votos das pessoas com menos de 40 anos, um grupo que vê Hillary como candidata

“Caracterizada pelo alto comparecimento às urnas, norma para as primárias deste ano, a Superterça estabeleceu Trump ainda mais como o candidato republicano a ser vencido”

do establishment não alinhada com suas visões mais progressivas e tendentes à esquerda. Este grupo não só provavelmente não confiará seu voto ao partido republicano, como também é pouco provável que a apoie maciçamente nas eleições gerais. O baixo comparecimento dos democratas às urnas em todo o processo das primárias é um dos grandes desafios que o partido precisa superar este outono durante as eleições gerais.

Muitos dos simpatizantes de Hillary a apoiaram por julgarem as posições de Sanders muito de esquerda para o eleitorado geral e acharem que ele teria pouca probabilidade de ganhar a corrida presencial. Ela também se aproveitou do status quo do partido, que não respaldou nenhum candidato que pudesse ser páreo duro para ela em nível nacional. Tal cenário lembrou a muitos o período inicial da sua candidatura mal-sucedida a presidente em 2008, mas embora o eleitorado em ambos os partidos atualmente tenha fome de alternativas a políticos que estão há muito tempo no poder, a campanha de 2016 do senador Sanders, já com dois mandatos nas costas, não foi tão eficaz quanto a investida política do então senador (atual presidente) Barack Obama, que fez fracassar a primeira tentativa de Hillary de entrar na Casa Branca como presidente.

Posto isso, Hillary Clinton sairá da Superterça não apenas como a única provável ganhadora da

nomeação do Partido Democrata, mas como o candidato mais bem posicionado para começar a preparar-se para as eleições nacionais. Enquanto a campanha de Sanders permaneceu em pé com vitórias em quatro estados da Superterça, a liderança confortável de Hillary em número de delegados permitir-lhe-á economizar recursos importantes durante o resto da primária, que pode dedicar a combater o nomeado republicano nas eleições nacionais este outono. O Partido Democrata passará a concentrar-se em solidificar uma candidatura unificada, algo que o Partido Republicano está longe de alcançar.

OS REPUBLICANOS

Caracterizada pelo alto comparecimento às urnas, norma para as primárias deste ano, a Superterça estabeleceu Trump ainda mais como o candidato republicano a ser vencido. Em anos anteriores, suas vitórias em tantos estados teriam essencialmente sinalizado o fim da corrida das primárias e a presente análise estaria esperando ansiosamente por um duelo Hillary-Trump para a presidência. Contudo, Trump não alcançou 50% dos votos em nenhum dos estados que ganhou, e uma vez que o Comitê Nacional Republicano decidiu em 2014 que todos os estados que realizarem suas nomeações antes de 15 de março devem atribuir seus delegados aos candidatos proporcionalmente, sua liderança no número de delegados não é decisiva o suficiente

“O processo das primárias deste ano também trouxe em grande parte a oposição entre novatos e figurinhas carimbadas na política”

para conseguir a nomeação. Na maioria dos estados, os delegados foram atribuídos com base nos votos totais no estado, em quem ganha em cada distrito congressional e se um candidato atinge um percentual mínimo para poder ter delegados. Isso fez com que Cruz e Rubio não esmorecessem, uma vez que ambos receberam votos suficientes para tirar alguns delegados de Trump. Mesmo Kasich e Carson conseguiram ganhar alguns candidatos.

Entretanto, as próximas primárias importantes que decidirão que direção a corrida tomará são Flórida, Ohio e Illinois, realizadas em 15 de março. O grande número de delegados nesses estados é inteiramente alocado ao vencedor, independentemente das margens de vitória. Para Rubio permanecer na corrida, ele precisa de uma vitória no seu estado natal, algo indispensável caso o senador pela Flórida queira ganhar de Trump. Rubio ganhou visibilidade na Virgínia na Superterça, chegando em segundo lugar com apenas três pontos atrás de Trump, fechando uma diferença de 20 pontos em aproximadamente duas semanas. Atualmente está atrás nas pesquisas na Flórida e deve voltar com mais força ainda do que na Virgínia para ganhar o estado. Uma vitória de Trump lá poderia garantir sua nomeação, mas a vitória de Rubio ou Cruz em outros estados poderia abrir a corrida. Kasich, segundo em Massachusetts e Vermont, também exprimiu sua intenção de ter uma presença forte para

ganhar o estado de Ohio. Isso poderia levar a uma convenção republicana acirrada, ou seja, significaria que nenhum candidato garantiu os 1 237 delegados necessários para a nomeação liberando delegados para votar como lhes aprouver.

9. NOVATOS E FIGURINHAS CARIMBADAS

Além dos candidatos em si em cada lado do ringue, o processo das primárias deste ano também trouxe em grande parte a oposição entre novatos e figurinhas carimbadas na política. No lado democrata, Sanders pôde competir com Hillary durante as primárias iniciais por causa das suas mensagens contra Wall Street e das políticas econômicas que propôs, que atraíram os mais jovens ao partido. Mesmo assim, como senador com dois mandatos nas costas e não sendo exatamente um novato na área, sua campanha não manteve gás suficiente para conseguir uma nomeação do partido.

No lado republicano, um fenômeno em andamento, antes chamado por muitos de amor de verão durante o verão de 2015, resultou num candidato com boas perspectivas que sempre se manteve alheio à política. Trump, o bilionário de Manhattan que conseguiu reinventar-se em mais de uma ocasião, tomou por assalto as primárias republicanas durante seu ano como candidato a presidente. Apesar de muitos estrategistas e membros do establishment dizerem estar confusos e não compreenderem tal fenô-

meno, outros notaram que vários fatores levaram a isso. Embora se possa creditar o culto à personalidade de Trump, é a inatividade congressista do Partido Republicano que produziu seu sucesso e desempenho ininterruptos. Com taxas de desocupação ainda consideradas altas no país e o subemprego tornando-se a norma para os empregados, retumbou o lema de Trump, de fazer a América novamente grandiosa, mesmo se não acompanhado de um plano de governo detalhado postado no próprio site que explicita como faria isso.

Descontentamento econômico, imigração ilegal não resolvida e problemas com segurança na fronteira, aliados a terrorismo em crescimento global, sem falar

de San Bernardino, o massacre perpetrado na Califórnia bem no meio das primárias, deram a Trump uma oportunidade para saciar a sede que o eleitorado do partido tem de um candidato que não pode ser vinculado ao establishment, ou melhor ainda, cujo próximo salário não depende da política. Ao mesmo tempo, enquanto a candidatura de Trump tem trazido eleitores às urnas das primárias republicanas em números inauditos, parece haver um bom número de votantes dentro do partido que se comprometeram a não apoiá-lo nas eleições gerais se ele for nomeado.

Sua nomeação também poderia unir os democratas, que até agora não conseguiram números significativos nas urnas durante as primárias. Como todas as eleições, o comparecimento dos eleitores às urnas será o segredo para o candidato vencedor. Se o Partido Republicano não encontrar uma forma de se unir este outono caso Trump seja nomeado, terá de conseguir votos de um eleitorado mais politicamente diversificado, algo que conseguiu fazer nas primárias, mas que pode ser uma tarefa difícil de realizar em números muito mais altos durante eleições gerais. Outros candidatos têm o potencial de unificar o Partido Republicano nas eleições gerais, mas o alarme para pôr fim à candidatura de Trump está soando mais alto para o establishment do que o ocorrido depois dos resultados da Superterça.

Figura 9. Estados remanescentes que organizarão primárias e número de delegados

DATA	ESTADOS REMANESCENTES QUE ORGANIZARÃO PRIMÁRIAS	Nº DE DELEGADOS*
5 de março	Kansas (fechado)	33 D/ 40 R
	Kentucky (R - fechado)	46 R
	Louisiana (fechado)	51 D/ 46 R
	Maine (R - fechado)	23 R
	Nebraska (D - fechado)	25 D
6 de março	Maine (D - fechado)	25 D
8 de março	Havaí (R - fechado)	19 R
	Idaho (R - fechado)	32 R
	Michigan (aberto)	130 D/ 59 R
	Mississippi (aberto)	36 D/ 40 R
12 de março	Distrito de Colúmbia (R - fechado)	19 R

*Descontando superdelegados

15 de março	Flórida (fechado)	214 D/ 99 R
	Illinois (aberto)	156 D/ 69 R
	Missouri (aberto)	71 D/ 52 R
	Carolina do Norte (misturado)	107 D/ 72 R
	Ohio (misturado)	143 D/ 66 R
22 de março	Arizona (fechado)	75 D/ 58 R
	Idaho (D - fechado)	23 D
	Utah (fechado)	33 D/ 40 R
26 de março	Alaska (D - fechado)	16 D
	Hawaii (D - fechado)	25 D
	Washington (D - fechado)	101 D
5 de abril	Wisconsin (aberto)	86 D/ 42 R
9 de abril	Wyoming (D - fechado)	14 D
19 de abril	Nova York (fechado)	247 D/ 95 R
26 de abril	Connecticut (fechado)	55 D/ 28 R
	Delaware (fechado)	21 D/ 16 R
	Maryland (fechado)	95 D/ 38 R
	Pensilvânia (fechado)	189 D/ 71 R
	Rhode Island (misturado)	24 D/ 19 R
3 de maio	Indiana (aberto)	83 D/ 57 R
10 de maio	Nebraska (R - fechado)	36 R
	Virgínia Ocidental (misturado)	29 D/ 34 R
17 de maio	Kentucky (D - fechado)	55 D
	Oregon (fechado)	61 D/ 28 R
24 de maio	Washington (R - fechado)	44 R
7 de junho	Califórnia (misturado)	475 D/172 R
	Montana (aberto)	21 D/ 27 R
	Nova Jersey (fechado)	126 D/ 51 R
	Novo México (fechado)	34 D/ 24 R
	Dakota do Norte (D - fechado)	18 D
	Dakota do Sul (fechado)	20 D/ 29 R
14 de junho	Distrito de Colúmbia (D - fechado)	20 D
		TOTAL 3.286 D/1.777 R

Fonte: Elaboração própria.

10. IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

Por Santiago Rossi, diretor de Assuntos Públicos na LLORENTE & CUENCA Argentina e Lautaro Mazzeo, gerente de contas na LLORENTE & CUENCA Argentina

Ao longo dos últimos 30 anos, as tendências da opinião pública na Argentina relativamente à política exterior foram sempre um reflexo da sua política econômica.

O vínculo que une o nosso país com os EUA passou, sem níveis intermédios, do “amor incondicional à frialdade mais absoluta”. A ruptura e o corte de relações que se verificou durante os mandatos dos ex-presidentes Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner foram, sem dúvida, as mais abruptas da região.

Na década de 1990, a Argentina estava completamente alinhada com os desígnios do norte. A subordinação era política – um funcionário chegou mesmo a afirmar que o país não queria manter relações “platônicas”, mas sim “carnais” com os EUA – e econômica – o país adotou todos os postulados do Consenso de Washington, salvo o que promovia uma taxa de câmbio livre -.

Durante o século XXI, a atitude da Argentina foi exatamente a oposta, com dois marcos fundamentais: a rejeição em 2005 do

“Na década de 1990, a Argentina estava completamente alinhada com os desígnios do norte”

Tratado de Livre Comércio na América apoiado pelos EUA, e o congelamento das relações com aquele país, promovido por Cristina Kirchner a partir do momento em que a administração de Barack Obama desistiu de intervir a favor da Argentina no seu litígio contra os “holdouts”.

Esta descrição poderia levar-nos a afirmar que os vínculos estiveram estreitamente relacionados com o posicionamento político dos mandatários argentinos. No entanto, as sondagens de opinião revelam que a sociedade apoiava estas posições: enquanto nos anos 90 primava a idéia de que se deveria estreitar o vínculo com os EUA, na última década predominou a intenção de consolidar as relações com a América Latina, e com os seus governos de estilo progressista. É importante destacar as variações na opinião pública do nosso país, com respostas mais de curto prazo em matéria de aceitação e de valoração do governo.

Qual é a situação atual entre ambos os países? Mauricio Macri deu o pontapé inicial como sinal de aproximação: no seu primeiro discurso após saber que iria assumir a presidência da nação, adiantou que aplicaria a cláusula democrática à Venezuela no Mercosur pela sua perseguição aos dirigentes opositores. O passo prévio foi a sua presença no Foro Económico Mundial de Davos, onde deixou clara a mudança de rumo em matéria de relações

bilaterais, com uma agenda repleta de encontros com CEOs de multinacionais norte-americanas.

Esta mudança de atitude foi recebida no norte, onde a chanceler Susana Malcorra demonstrou a sua expertise na gestão de uma visita do presidente norte-americano ao país. O encontro terá lugar na última semana de março, e porá fim a mais de uma década sem a visita de um primeiro mandatário daquele país.

Esta visita tem especial importância porque Obama viajará à América do Sul exclusivamente para visitar a Argentina, e não como uma escala de uma visita à região. Isto permitirá a Macri demonstrar que a sua proposta de “recuperar as relações com o mundo” – que, segundo afirma, se rompeu com o kirchnerismo – vai tomando forma paulatinamente.

Os analistas coincidem igualmente em destacar o valor simbólico da viagem. Depois da queda do “chavismo” nas eleições legislativas da Venezuela, e a tentativa frustrada de reeleição de Evo Morales, a região está a experimentar uma viragem na direção do centro/centro-direita, depois de uma década de vários governos populistas. Por isso, no seu último ano na presidência, Obama “consagrará” como líder da região a Macri que será, junto com o colombiano Santos, um referente para os EUA no sul do continente.

“Neste contexto de degelo das relações entre os dois países, o “Super Tuesday” é acompanhado de perto pelas autoridades argentinas”

Neste contexto de degelo das relações entre os dois países, o “Super Tuesday” é acompanhado de perto pelas autoridades argentinas, pendentes de que o sucessor Obama continue a estabelecer novas pontes com o país.

A conclusão mais óbvia da jornada eleitoral é que Hillary Clinton e Donald Trump se preparam para se enfrentarem cara a cara na luta pela presidência do país, no mês de novembro.

A possibilidade de que finalmente Hillary Clinton seja escolhida como candidata democrata traz alguma tranquilidade aos funcionários argentinos, que vêm com desconfiança a postura “anti-sistema” de Sanders. O senador teria sido visto com simpatia pela administração kirchnerista, pelas suas críticas ao sistema financeiro. Mas os ventos sopram agora noutra direção na Argentina, e desde a Casa de Governo não imaginam sequer como seria o relacionamento com um político com estas características.

Hillary Clinton visitou de surpresa a Argentina em 2010. Não tinha incluído o país na sua viagem como Secretária de Estado pelo Cone Sul, mas um terremoto no Chile obrigou-a a reprogramar a sua viagem. Sorridente, sujeitou-se às sessões de fotografias habituais com a presidente do país, e elogiou a baixa percentagem da dívida argentina (medida em função

do PBI). Mas a afinidade durou pouco: alguns anos depois, Hillary Clinton afirmou que a Argentina teria mais êxito “sem a pesada mão do governo controlando a economia”, mensagem que não foi bem recebida pela administração kirchnerista.

A esposa do ex-presidente aparece no panorama da atual administração como a opção que gera maior previsibilidade. A sua chegada ao poder, segundo se especula nos gabinetes oficiais, deveria representar uma continuidade nas relações que o novo governo pretende retomar.

Do outro lado, Donald Trump parece estar a caminho de se converter no candidato republicano, apesar das tentativas do “establishment” do partido para travar a sua nomeação.

Deixando de lado as suas excentricidades, o magnata apresenta algumas semelhanças com Macri. Não só conta com antecedentes como empresário com fortuna: ambos são outsiders da política, e sobreviventes a várias crises. Macri irrompe na política a seguir ao estalido político e social de 2001, que arrasou o tradicional sistema de partidos da Argentina. Algo similar ocorre com Trump, que desembarcou na política a seguir à crise económica iniciada em 2008, e cujos graves efeitos políticos e sociais ainda não estão totalmente claros.

“O seu vínculo com a Argentina tem um intermediário: o Uruguai”

Conhecido por suas opiniões sobre a emigração latina nos EUA, a relação de Trump com a região é exclusivamente comercial. O seu vínculo com a Argentina tem um intermediário: o Uruguai. O magnata tem alguns empreendimentos imobiliários no país vizinho. À frente dos seus projetos aparece habitualmente o seu filho Eric, que numa das suas últimas visitas ao Uruguai comparou o seu pai com Macri. “São muito parecidos, no sentido de que são empresários de êxito”, afirmou.

Existem outros dois temas relacionados com as eleições primárias norte-americanas: o pagamento aos credores da dívida argentina, que não entraram nas negociações de 2005 e de 2010, e o Papa Francisco. Qual a relação destes temas com as eleições norte-americanas? No dia 27 de fevereiro, o Papa Francisco recebeu o presidente Mauricio Macri com um protocolo que gerou algum debate, e interpretações políticas de diversa índole. O encontro durou apenas 22 minutos – em alguma das várias reuniões que mantiveram, o Papa chegou mesmo a passar duas horas e meia com Cristina Kirchner –, e a encenação do ato público, que pouco teve que ver com o que comentaram as fontes depois de terminar o encontro.

Longe de estar relacionado com a política doméstica, este gesto poderia estar diretamente vinculado à política norte-americana. O legislador na Cidade de Buenos Aires (amigo do Papa), Gustavo Vera, deu a entender que o Papa Francisco estaria descontente com Macri porque o presidente decidiu chegar a um acordo com os “holdouts”.

O principal litigante contra a Argentina é Paul Singer, responsável financeiro do Partido Republicano. Nas eleições internas, Singer aposta por Marco Rubio, atualmente relegado para o terceiro lugar. No caso de chegarem a cobrar em dinheiro a dívida da Argentina, esses fundos poderiam ter como destino a campanha do senador pela Florida.

Segundo Vera, o motivo do descontentamento do Papa se deve a que a Argentina contribuiria então com fundos para a campanha de um candidato que promove a adoção de uma linha dura com o Médio Oriente (ninguém ficaria surpreendido se este decidisse iniciar alguma cruzada bélica, se chegar a alcançar a presidência), em contra da posição de Francisco, e da posição do Partido Democrata a favor do desarmamento.

Com todos estes ingredientes, as eleições internas norte-americanas não passam despercebidas na Argentina.

“Qualquer perspectiva de análise de uma nova relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos neste momento terá que contar com uma razoável dose de futurologia”

BRASIL

Por Emerson Kapaz, conselheiro de Assuntos Públicos na S/A LLORENTE & CUENCA

Qualquer perspectiva de análise de uma nova relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos neste momento terá que contar com uma razoável dose de futurologia, já que está em curso o processo de escolha dos candidatos que disputarão em 8 de novembro próximo a presidência da nação mais poderosa do mundo, as chamadas primárias.

Salvo uma grande reviravolta nas próximas 2 semanas e após terem passado pelo teste do “caucus”, a famosa Superterça, que aconteceu no último dia 1º de março, a eleição presidencial terá Hillary Clinton como candidata do partido democrata e Donald Trump como representante dos republicanos. Ambos consolidaram suas candidaturas em 7 dos 11 estados que estavam em disputa. Segundo o cientista político americano Norman Ornstein “ a chance de Hillary ser a candidata já é de 90 %, enquanto a certeza de que Donald Trump será o candidato dos Republicanos é de 80 %”.

Trabalhando com a hipótese de uma disputa entre Hillary e Trump, é interessante avaliar uma pesquisa realizada nesta última sexta-feira dia 4 de março sobre como votam os eleitores de Trump. Dos 681

entrevistados, 52 % preferem Trump para conduzir questões de imigração, seu grande tema, enquanto 64 % dizem achar que ele é o melhor para a economia e o desemprego. Apesar do favoritismo só 1 em cada 4 eleitores acham que Trump tem o temperamento adequado para a Casa Branca, e a pior notícia é de que nenhum dos 3 candidatos que disputam as prévias pelos Republicanos é considerado habilidoso para lidar com o Congresso.

Esses números mostram que a chance de Hillary Clinton ser a próxima presidente americana é muito grande, já que na reta final da disputa, mesmo que hoje as pesquisas entre os 2 não mostre grande diferença, muitos Republicanos acabarão não votando em um homem com teses tão excêntricas como construir um muro na fronteira com o México, podendo até mesmo não comparecer à eleição.

Olhando agora para nosso quintal, o Brasil, as perspectivas do que poderá acontecer nos próximos 2 anos, quando deveremos eleger o próximo presidente, é tão incerta quanto nos próximos 2 meses.

Depois de investigações que desvendaram um dos maiores escândalos de corrupção no mundo, a operação Lava-Jato, comandada pelo Ministério Público e pelo Juiz Sergio Moro, o país passa por um momento muito difícil, mas ao mesmo tempo muito auspicioso, com

“A partir da eleição em 2003, quando Lula assumiu pela primeira vez o poder no Brasil, foram introduzidas mudanças significativas no padrão de relacionamento com os EUA ”

um saudável fortalecimento das instituições e a aceleração dos processos e sentenças que tramitam na justiça.

Em que pese a crise econômica que o país enfrenta, uma solução política que possa solucionar o impasse que paralisa o atual Governo, seja pelo impeachment seja pela antecipação das eleições, poderá acelerar muito as decisões necessárias para uma rápida retomada do desenvolvimento. A consequência mais visível deste processo é que a probabilidade de a oposição vencer as eleições e governar o país nos próximos anos deixa de ser uma previsão e passa a ser uma realidade, trazendo consequências importantes para a política externa brasileira.

A política externa do governo Lula/Dilma

A partir da eleição em 2003, quando Lula assumiu pela primeira vez o poder no Brasil, foram introduzidas mudanças significativas no padrão de relacionamento com os EUA, ainda que a retórica diplomática tenha procurado manter a aparência de continuidade. Na verdade, muitas das iniciativas tomadas pelos governos Lulo-petistas foram no sentido de consolidar uma orientação dita “anti-hegemônica” na política externa e de constituir organismos de consulta e de coordenação regionais afastados da esfera de influência dos EUA, a começar pela implosão do projeto americano da Alca.

Nesse sentido, o relacionamento passou pelo mesmo ciclo anterior de altos e baixos, com fases de reaproximação seguidas de afastamentos por falta de entendimentos políticos – como no caso da espionagem sobre as comunicações brasileiras feita pela National Security Agency – e por promessas de reativação das relações econômicas e comerciais que nem sempre se traduziram em ações concretas.

O ativismo diplomático marcou o início do governo Lula, confirmando a atenção especial a ser dada pelo seu governo aos países da região, a começar pelo fortalecimento do Mercosul, assim como a alguns grandes países em desenvolvimento. O presidente Lula afirmou, em seu discurso de posse, que procuraria ter com os EUA “uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo”. Celso Amorim, escolhido para ser o ministro das relações exteriores, colocou as relações entre os dois países no patamar julgado adequado, ao buscar a coordenação e o diálogo em todos os terrenos de interesse comum, sem deixar de frisar, porém, as diferenças de posição em torno de pontos concretos (como as negociações comerciais multilaterais e hemisféricas, por exemplo).

O Brasil e o Mercosul passaram a promover mais ativamente a chamada diplomacia Sul-Sul, pretendendo criar uma “nova geografia do comércio mundial”, que se revelou, no entan-

“O relacionamento bilateral Brasil-EUA contou sempre com declarações contínuas de interesse recíproco de parte e outra ”

to, extremamente modesta em seu escopo e alcance geográfico: apenas três modestos acordos de liberalização limitada do comércio, com parceiros não tradicionais – Israel e Palestina – e com a Índia,

Essa postura foi também agravada por desentendimentos persistentes com os EUA no âmbito das negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, que não apenas não foram concluídas durante o mandato originalmente acordado em 2001, como se prolongaram em diversas tentativas frustradas no decorrer dessa década, e se encontram praticamente estagnadas desde o início da presente década.

O relacionamento bilateral Brasil-EUA contou sempre com declarações contínuas de interesse recíproco de parte e outra, mas teve como realidade um afastamento também contínuo ao longo do tempo, bem mais alimentado pelo Brasil do que pelos EUA (que de fato teriam uma “não-percepção do Brasil”).

O desafio da China nos planos global, regional e bilateral, não deixa de colocar novos elementos na agenda bilateral Brasil-EUA, e pode estar criando uma realidade inédita no hemisfério, ainda a ser confirmada pelos fatos e processos nos próximos anos: a de que os dois maiores países do continente precisam manter um nível adequado de entendimento em torno de questões relevantes nas áreas da segurança estratégica, da

estabilidade democrática e do desenvolvimento econômico e social, inclusive para superar décadas, senão séculos, de divisão entre as duas partes do hemisfério.

O Futuro

Um dos principais centros de debate e pesquisa em Washington, a Brookings Institution, declarou recentemente através do seu Diretor para a América Latina, Harold Trinkunas, que políticos democratas tendem a ser mais abertos ao multilateralismo, o que em tese favorece as aspirações do Brasil por mais espaço em organismos e negociações internacionais.

"Essa seria uma diferença importante para o Brasil entre termos de um presidente democrata ou republicano", afirma.

Já o professor de relações internacionais da American University, Matthew Taylor, diz que o partido do presidente americano não tem feito muita diferença nas relações bilaterais.

Ele diz que o republicano George W. Bush se entendia muito bem com Luiz Inácio Lula da Silva, assim como o democrata Bill Clinton mantinha uma boa relação com Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Taylor, os laços entre Brasil e Estados Unidos também deverão ser influenciados pelo debate durante a

“Hillary se referiu indiretamente ao Brasil na campanha”

campanhas eleitoral, já que os dois governos geralmente interagem dentro das estruturas burocráticas.

Segundo ele, o avanço dos principais temas discutidos entre Obama e Dilma Rousseff na última viagem da presidente a Washington – como a cooperação em defesa, a facilitação dos vistos e o incremento do comércio – independem do clima político na capital americana.

Para Taylor, "lamentavelmente, as campanhas americanas têm historicamente se preocupado muito pouco com o Brasil, e ainda menos com a América Latina".

Hillary se referiu indiretamente ao Brasil na campanha ao afirmar que "há muito que podemos aprender do sucesso da América Latina em eleger mulheres presidentes". Além do Brasil, na América Latina têm ou já tiveram chefes de Estado mulheres Argentina, Chile, Panamá e Costa Rica.

Em visita ao Brasil em 2010, quando era secretária de Estado do governo Obama, ela criticou a Venezuela e disse que Caracas deveria olhar para o Brasil como exemplo de um país bem-sucedido.

Trump, por sua vez, citou o Brasil na campanha ao listar países que, segundo ele, tiram vantagem dos Estados Unidos. Mas talvez as propostas dele que mais afetem brasileiros sejam as relacionadas à imigra-

ção. Trump defende deportar todos os imigrantes sem documentos. Segundo o governo brasileiro, cerca de 730 mil brasileiros estão nos EUA em situação migratória irregular.

Conclusão

Em uma vitória brasileira da oposição nas próximas eleições, e na hipótese mais provável de uma vitória dos democratas este ano nos Estados Unidos, é possível supor que teremos grandes avanços na política externa brasileira e nas relações bilaterais Brasil x EUA, promovendo uma integração competitiva maior, uma desburocratização da legislação, e reformas internas na política de comércio exterior, eliminando a influência ideológica-partidária que acabou prevalecendo nas últimas décadas.

CHILE

Por Rodrigo Ramírez, diretor de Assuntos Públicos na LLORENTE & CUENCA Chile

Em novembro deste ano, os Estados Unidos realizarão sua 58.^a eleição presidencial. Neste contexto, estão-se levando a cabo as eleições primárias para definir o candidato de cada partido, processo que se realiza gradualmente em um ou em um conjunto de estados. Durante a Superterça, celebrada dia 1.^o de março, em doze estados simultaneamente, através de seus delegados, emitiram-se as preferências por um dos candidatos republicanos e democratas.

“As implicações destas eleições para o Chile são importantes em função das boas relações que o país mantém com os Estados Unidos”

Neste sentido, as implicações destas eleições para o Chile são importantes em função das boas relações que o país mantém com os Estados Unidos, que, além de serem seu principal parceiro comercial, poderiam indicar maiormente determinações econômicas. Isto se deve à estimativa de que o futuro dos Tratados de Livre Comércio (TLC) e o Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP em sua sigla em inglês) dependem do particular enfoque ou da política que algum dos candidatos puder imprimir-lhe. No entanto, é muito pouco provável que, independentemente de quem seja o vencedor, este assumirá o desafio de reverter o processo já iniciado. Além disso, deve-se ter em conta que gerar consensos com os TLC na América Latina é uma das estratégias relevantes para os Estados Unidos.

Quando se analisam os alcances que estas eleições podem ter para o Chile, um tema que tem sido amplamente discutido pelos candidatos é o Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica, o qual enfrenta um cenário de definições importantes e que têm incidência direta nas expectativas nacionais, tanto sob o ponto de vista econômico e tecnológico como comercial.

Ao aterrissarem as expectativas para o Chile, esperar-se-ia que o candidato eleito se concentrasse em fortalecer a economia local por o Chile exportar, principalmente, para os Estados Unidos

cobre e produtos da indústria alimentar, concentrando-se entre ambas 83% das exportações chilenas para a América do Norte. Ademais, espera-se que se evite uma sobre-regulação que poderia limitar o crescimento. Sem embargo, as declarações dos candidatos e seus debates não têm demonstrado uma postura clara do tema sobre a América Latina, pelo que, até o momento, não se esperam (nem deveriam) gerar-se mudanças significativas para o Chile.

Neste contexto, os resultados da Superterça visualizam os possíveis cenários que o Chile poderia enfrentar diante de um ou outro candidato que fosse eleito.

Se Trump for o próximo presidente dos Estados Unidos, poderá ver-se afetada a boa relação que o Chile tem mantido com a América do Norte, principalmente nas dimensões econômicas. Exemplo do anterior é a existente incerteza das políticas que Trump pode adotar com relação às exportações. Isto considerando que o candidato tem questionado as políticas econômicas de exportação e importação da atual administração.

Em termos de intercâmbio comercial, Donald J. Trump tem manifestado seu rechaço ao TPP, aduzindo que “se tem negociado de maneira horrível que afeta a economia norte-americana, favorecendo o resto à custa dos Estados Unidos”, o que incorpora um grau de incerteza não menor ao estável vínculo

“A China é um importante agente comercial”

de exportações e importações entre ambos os países.

Ademais, mantém-se latente a preocupação pela constante intenção de Trump de “renegociar” os acordos comerciais, buscando favorecer os Estados Unidos e obrigar países como a China e o México a “desvalorizar sua moeda”, para assim competir em condições de igualdade. Apesar de este fator não possivelmente não afetar diretamente o Chile, a China é um importante agente comercial. De acordo com o estudo realizado pelo Ministério de Economia do Chile em agosto de 2015, 97,2% das mercadorias chilenas podem entrar no mercado chinês sem taxas alfandegárias, o que representa um total de 7 336 produtos chilenos, equivalentes a 99% do valor das exportações para a China. Por conseguinte, a desvalorização de sua moeda, o iuane, poderia afetar as exportações chinesas.

Caso Hillary Clinton consiga ser eleita como presidente dos Estados Unidos, vislumbra-se um panorama bastante mais alentador tanto para o Chile quanto para a região, onde a candidata outorgou um papel estratégico à América Latina (e aos países que a conformam), tópico sobre o qual publicamente tem assinado que fortalecer os laços que unem os Estados Unidos com a América Latina não só favorecerá a economia americana, mas também os fará mais fortes em todo o mundo.

Neste mesmo cenário se esperaria que se mantivessem as boas

relações políticas, econômicas e diplomáticas, posto que Clinton continuaria com políticas semelhantes à do atual presidente Barack Obama. Junto ao anterior, as relações pessoais entre a presidente Michelle Bachelet y Hillary Clinton são um sustento para vislumbrar um diálogo diplomático ainda mais frutífero para os interesses de ambos os Estados.

Finalmente, de acordo com as estimativas analisadas e considerando as propostas de cada candidato, o Chile deveria estar alerta aos sinais que o mercado norte-americano está enviando. Neste contexto, embora o desenvolvimento econômico do país não determine exclusivamente o candidato que for eleito nas primárias ou encabece a corrida presidencial, será relevante como se fortalecerá a relação entre ambas as nações e se aprofundará sua relação econômica.

COLOMBIA

Por **María Esteve**, diretora-geral da **LLORENTE & CUENCA Colômbia**

As eleições presidenciais dos Estados Unidos têm sido marcadas por uma situação complexa em matéria de política internacional focada no Oriente Médio, na luta contra o Estado Islâmico e na crise migratória europeia desencadeada pela guerra civil na Síria. Ante este panorama a América do Sul, particularmente a Colômbia, deixou de ser protago-

“As posições ao redor dos tratados de livre comércio e da economia internacional geral dos Estados Unidos dividem os partidos”

nista dos debates e das propostas dos candidatos. Ainda sem ocupar um lugar principal na agenda das campanhas, temas como o processo de paz e os tratados de livre comércio são fundamentais para a diplomacia entre ambos os países. Esta é a radiografia dos resultados da Superterça com relação aos temas vigentes entre as partes.

Processo de paz

O primeiro mandatário dos colombianos, Juan Manuel Santos, reuniu-se com o presidente dos Estados Unidos Barack Obama para gerir aproximadamente 450 milhões de dólares para a segunda fase do plano Colômbia, que tem sido denominado “Peace Colombia” e que estará voltado a financiar o pós-conflito^{1,2}. Ainda que nenhum dos aspirantes que lideram a corrida pela Casa Branca tenha feito referência ao tema, o senador Marco Rubio, terceiro na corrida pela nomeação republicana, disse que “não confia nas FARC e crê que se devem reforçar os apoios militares e de inteligência que se apresentaram até agora”³.

Do lado democrata, pelo contrário, a participação até 2013 de Hilary Clinton na administração Obama, assim como a tendência a uma política exterior mais focada na consecução da paz e da estabilidade, tornam muito mais provável, se houver uma presidência democrata, que se mantenha o apoio ao processo de paz⁴.

Livre comércio

As posições ao redor dos tratados de livre comércio e da economia internacional geral dos Estados Unidos dividem os partidos em protecionistas contrários aos acordos internacionais desvantajosos (democratas) e defensores do livre mercado (republicanos). Sem embargo, dentro destas posturas opostas há diferenças: do lado democrata, Bernie Sanders é muito mais relutante a aceitar este tipo de tratados⁵ que sua rival Hilary Clinton, com uma opinião mais moderada⁶.

Os republicanos, pelo contrário, são defensores até a morte dos tratados internacionais. Em-

¹ “El nuevo capítulo del Plan Colombia se llamará Paz Colombia: Obama”. El Espectador. 2016. <http://www.elespectador.com/noticias/politica/el-nuevo-capitulo-del-plan-colombia-se-llamara-paz-colo-articulo-614763>

² “Obama pledges more than \$450 million aid to help Colombia peace plan”. Reuters. 2016. <http://www.reuters.com/article/us-usa-colombia-idUSKCN0VD2XM>

³ “The U.S. and Colombia will lead the Americas forward in the 21st century”. National Review. 2016. <http://www.nationalreview.com/article/430859/marco-rubio-colombia-us-foreign-policy-alliance>

⁴ “¿Qué le esperaría a Colombia si Trump llega a Presidente de EE. UU.?” El Tiempo. 2016. <http://www.eltiempo.com/multimedia/especiales/elecciones-ee-uu-panorama-de-colombia-con-trump-como-presidente/16526091>

⁵ “Bernie Sanders on Free Trade”. On The Issues. 2016. http://www.ontheissues.org/2016/Bernie_Sanders_Free_Trade.htm

⁶ “Hillary Clinton on Free Trade”. On The Issues. 2016. http://www.ontheissues.org/2016/Hillary_Clinton_Free_Trade.htm

“As relações entre a Colômbia e os Estados Unidos sempre foram próximas e giraram em torno a temas-chave para os interesses de ambas as nações”

bora Donald Trump se tenha desmarcado em algumas das posições mais tradicionais do partido, os dois candidatos de maior relevo têm manifestado seu interesse em manter e fortalecer os tratados existentes. Trump tem enfatizado a opinião de que os acordos sejam mais benéficos para os Estados Unidos ou, pelo contrário, de que se deve revogá-los e aumentar os impostos alfandegários para os produtos importados⁷.

Apesar de geralmente a última palavra ao redor do tema ser dada pelo Congresso, se houver novamente uma maioria republicana, uma vitória de Trump poderá ser contraproducente para o mercado das exportações. Do lado dos democratas as coisas não estão muito melhor, pois uma vitória de Sanders poderia implicar um giro de 180 graus na política econômica internacional dos Estados Unidos. Uma vitória de Hillary Clinton seria o cenário mais vantajoso por deixar a situação em termos similares aos que a administração Obama enfrenta atualmente.

Ora, sob a perspectiva de alguns setores protecionistas colombianos, a eleição de Bernie Sanders e uma maioria democrata no congresso poderia significar uma mudança favorável en-

quanto os setores produtivos colombianos menores e menos competitivos perdem sua força ao rivalizar com mercadorias estrangeiras, e uma revisão dos termos do tratado ou sua revogatória poderiam ser bem vistas nesse caso^{8,9}.

Em termos gerais, as relações entre a Colômbia e os Estados Unidos sempre foram próximas e giraram em torno a temas-chave para os interesses de ambas as nações. Hillary Clinton e Marco Rubio são os mais próximos do país por conhecerem os problemas e os interesses bilaterais, enquanto, do outro lado, Donald Trump emerge como uma figura imprevisível da qual não se podem adiantar maiores conclusões.

EQUADOR

Por Alejandra Rivas, diretora geral da LLORENTE & CUENCA Equador e Verónica Poveda, gerente de contas na LLORENTE & CUENCA Equador

No Equador existe uma importante expectativa em torno ao processo eleitoral dos EUA, que é o maior sócio comercial do país. Embora a balança comercial desta relação seja deficitária para o Equador, os dados (valores consolidados de 2014) indicam que 27,54% das

⁷ “Donald Trump on Free Trade”. On The Issues. 2016. http://www.ontheissues.org/2016/Donald_Trump_Free_Trade.htm

⁸ “TLC con Estados Unidos está arruinando al agro colombiano”. Diariodelhuila. 2015. <http://www.diariodelhuila.com/economia/tlc-con-estados-unidos-esta-arruinando-al-agro-colombiano-cdgint20150430075101197>

⁹ “Análisis/ El impacto del TLC con Estados Unidos”. Portafolio. 2015. <http://www.portafolio.co/economia/finanzas/analisis-impacto-tlc-estados-unidos-25332>

“Mas para além das relações comerciais, existe um vínculo estreito entre os EUA e o Equador: o Dólar”

exportações não petrolíferas e 58,81% das vendas petrolíferas tiveram como destino essa nação norte-americana, o que representou um total de USD 2 841 674. Não obstante, é importante destacar que as exportações do Equador para os EUA caíram perto de 12% no final de 2015, segundo a informação do Ministério do Comércio Exterior equatoriano.

Por outro lado, também em 2014, as exportações dos EUA para o Equador totalizaram USD 8,4 milhões, segundo dados da Embaixada dos EUA neste país, que salientou que o Equador é um “mercado com um importante potencial para as empresas dos EUA, porque os consumidores equatorianos consideram os produtos norte-americanos atrativos e de grande qualidade”.

De acordo com estes dados, e no contexto dos objetivos que atualmente tem o governo do Equador com o denominado “Cambio de la Matriz Productiva” (mudança da matriz produtiva), destinados a gerar uma maior industrialização das matérias-primas e a oferecer mais valor acrescentado, o mercado norte-americano é crítico e prioritário para os produtos equatorianos, pois existe um grande potencial de crescimento.

De momento, o Equador desfruta de uma certa tranquilidade e de perspectivas de expansão nos EUA, tendo o

Congresso dos EUA renovado, em junho de 2015, as preferências alfandegárias (Sistema Generalizado de Preferências) para o Equador até 31 de dezembro de 2017, o que permite uma maior competitividade dos produtos equatorianos no mercado norte-americano.

Mas para além das relações comerciais, existe um vínculo estreito entre os EUA e o Equador: o Dólar. No ano 2000, o país sul-americano adotou a “dolarização” no meio de uma forte crise econômica e inflacionária. Após a decisão do governo da altura, a situação foi-se estabilizando, e o poder aquisitivo da população foi-se mesmo incrementado. Por isso, a aspiração de muitos é que os governos de turno tomem medidas para manter e fortalecer a “dolarização”.

Outro tema que contribui para estreitar as relações entre ambos os países é a questão da migração. Os números do governo do Equador estimam que nos EUA vivam mais de um milhão de equatorianos, pelo que as políticas e as condições que se estabeleçam naquele país para a população migrante são fundamentais. Nos últimos anos, o Equador tem vindo a aplicar medidas a favor dos cidadãos que residem fora do território nacional, e também dos estrangeiros que procuram o Equador para viver, pelo que espera medidas recíprocas por parte das nações amigas.

“Como em nenhum outro lugar no mundo, a fronteira entre os Estados Unidos e o México divide e ao mesmo tempo une diferentes culturas”

MÉXICO

Por Guillermo Maynez, diretor sênior de Assuntos Públicos na LLORENTE & CUENCA México

Como em nenhum outro lugar no mundo, a fronteira entre os Estados Unidos e o México divide e ao mesmo tempo une diferentes culturas. Com os anos, esta interação (a fronteira mais frequentemente cruzada do mundo, com mais de 230 000 travessias legais diárias) por sua vez criou sua própria mistura de culturas, mexicano-americano ou chicano.

Esta fratura geoestratégica, econômica, social, política e cultural é mais que o pivô de uma relação que vai muito além de seus problemas imediatos. Inclui a estabilidade em longo prazo e a prosperidade de toda a região da América do Norte, junto com o Canadá, assim como o papel desta mesma região e de cada membro individual, em relação com os grandes enigmas da geopolítica, como o terrorismo global, o crime global ou a ascensão da China.

Portanto, qualquer eleição presidencial nos Estados Unidos é muito importante para o México; quando há um pré-candidato específico que fez do ódio contra o México um dos seus principais temas de campanha, esta relevância aumenta. Quer queira quer não, o México e os Estados

Unidos precisam um do outro para melhorar a situação do seu espaço geográfico compartilhado, assim como para melhorar as condições para o intercâmbio de bens e serviços, de investimentos e do fluxo de pessoas. Várias questões que estão em jogo nesta campanha em particular:

Migração

Trump comprometeu-se a erguer um muro que percorreria toda a fronteira e asseverou que este fosse construído e financiado pelo México. O ponto curioso disto é que, desde a Grande Recessão, o fluxo geral dos mexicanos para os Estados Unidos se tem desacelerado e os fluxos líquidos inclusive ficaram negativos à medida que mais pessoas têm ido para o México que para os Estados Unidos. O número estimado de mexicanos ilegais que vivem nos Estados Unidos diminuiu, do seu máximo de 6,9 milhões em 2007, para 5,6 milhões em 2014. Assim o muro do Sr. Trump basicamente só serviria para reter os mexicanos dos Estados Unidos que querem voltar para casa.

O tráfico de drogas e o crime organizado

Depois de quarenta anos de uma guerra inútil, sangrenta e corrupta contra as drogas, foi dentro dos Estados Unidos que começou a mudar a maré: da maconha (como a mais suave das drogas ilegais), a ideia de

“A reforma energética do México abre novas oportunidades”

que a proibição de certas drogas tem sido contraproducente está começando a ganhar espaço na mente dos políticos, com exceção dos mais conservadores. Estreitamente relacionada com outra questão delicada é a lavagem de dinheiro, que requer comunicação e cooperação constante.

Trade and investment. Comércio e investimento

Com vinte anos o TCLAN tem servido a região da América do Norte além das expectativas iniciais e apesar das inevitáveis interrupções causadas pela atribuição dos recursos produtivos, que em sua maioria prejudicaram as pessoas e as regiões onde Trump consegue a maioria de seus seguidores. Mas o surgimento da China provavelmente teve muito mais a ver com este fenômeno que o vizinho do sul. Agora que o estabelecimento econômico dos Estados Unidos está pensando outra vez na reindustrialização, a cooperação entre o México e os Estados Unidos é essencial.

Meio ambiente e mudanças climáticas

Deve-se fazer muito mais que festas extravagantes para parar e reverter a degradação do meio ambiente na América do Norte, e os três países participaram diretamente na elaboração de uma agenda ambiciosa. A reforma energética

do México abre novas oportunidades para a produção de combustíveis fósseis num momento desafortunado; o outro lado da moeda é que a significativa queda dos preços do petróleo não beneficia o desenvolvimento de fontes renováveis. A complexa interação entre as necessidades energéticas, as fontes disponíveis, as pressões ambientais, para não falar da situação hidrológica em muitas bacias compartilhadas, também exigem cooperação em tempo integral.

Não cabe dúvida de que, para o México e, de fato, para toda a América do Norte, a presidência Trump suporia um importante revés. É certo que é mais fácil falar na campanha eleitoral que pôr em prática as políticas, pelo que o muro fronteiriço é só uma fantasia e o TCL ficará onde está. Mas as agendas compartilhadas de ambos os países são complexas e mesmo desafiantes. Portanto, uma presidência Hillary Clinton ofereceria uma política experiente e ex-secretária de Estado, uma mulher muito mais em contato com esta agenda e suas possíveis soluções do que qualquer outro candidato. A relação não seria fácil, mas os canais de comunicação permaneceriam abertos. E isso é muito mais do que se pode dizer a respeito do senhor Trump.

“O istmo, localizado no extremo sudeste da América Central, tem demonstrado uma histórica importância estratégica para o país do norte ”

PANAMÁ

Por Javier Rosado, sócio e diretor geral na LLORENTE & CUENCA Panamá

Microcontexto

A relação entre o Panamá e os Estados Unidos remonta a muitos anos antes da data em que o país centro-americano se transformou em república a 3 de novembro de 1903 graças, precisamente, ao apoio interessado que Washington lhe manifestou durante a presidência de Theodore Roosevelt.

O istmo, localizado no extremo sudeste da América Central, tem demonstrado uma histórica importância estratégica para o país do norte devido à sua posição geográfica, que serve não só como passagem livre entre os dois oceanos, mas também como facilitador da comunicação entre a Costa Leste e Oeste dos Estados Unidos.

Após a queda do regime de Manuel Antonio Noriega em dezembro de 1989 como consequência da invasão militar, o Panamá e Washington recompuseram sua velha relação bilateral, marcada por alguns episódios agri doces que fizeram inclusive com que o istmo, em janeiro de 1964, rompesse seus nexos diplomáticos com a primeira potência mundial.

A causa dessa desavença não era nova. Uma histórica reivindicação panamenha para recuperar o controle total de

seu território e do Canal do Panamá, uma obra que foi construída e administrada pelos Estados Unidos desde o início do século passado, incentivou um grupo de estudantes do ensino médio a içar, em vão, a bandeira panamenha em uma escola em Balboa, área próxima ao canal, nessa época sob jurisdição norte-americana.

O episódio de janeiro de 1964, que teve um saldo trágico de mortos e feridos, marcou o início de negociações entre ambos os países sobre os acordos envolvendo o canal que se concretizaram 13 anos mais tarde com os tratados subscritos pelo general Omar Torrijos Herrera e o presidente americano Jimmy Carter, dia 7 de setembro de 1977.

Torrijos, que chegara ao poder em outubro de 1968 através de um golpe de Estado que desbancou o presidente constitucional Arnulfo Arias Madrid, reconheceu que, apesar das conquistas alcançadas nessas negociações, o Panamá continuaria embaixo do “guarda-chuva” do Pentágono.

Os acordos de Torrijos-Carter estabeleceram um cronograma de saída do exército americano acantonado no Panamá, a devolução das áreas adjacentes onde operavam as bases militares e culminava com a reversão do Panamá a mãos panamenhas a 31 de dezembro de 1999.

O Tratado de Neutralidade do Canal, não obstante, deixou

“O Panamá encontra-se na etapa final de conclusão dos trabalhos de expansão do centenário do canal ”

uma fresta que confere aos Estados Unidos o direito e potestade de intervir no istmo para “assegurar que o Canal do Panamá permaneça aberto, neutro, seguro e acessível...”. No Panamá, essa potestade é conhecida como a Reserva Deconcini, em alusão ao senador americano do Partido Democrata Dennis Deconcini (1977-1995), que foi membro do influente Comitê de Inteligência do Senado americano. Introduzida no Tratado de Neutralidade, a vigência da citada reserva, que se tem prestado a uma multiplicidade de interpretações, é perpétua.

Eleições nos Estados Unidos, relação e impacto no Panamá

O canal e o TPC: O processo eleitoral no país norte-americano, que culminará em novembro próximo com a escolha do substituto de Barack Obama, aumenta estes meses seu ritmo e sua velocidade. Enquanto isso o Panamá encontra-se na etapa final de conclusão dos trabalhos de expansão do centenário do canal com o intuito de oferecer serviços a navios que transportem um máximo de 14 mil contêineres, uma cifra que triplica a capacidade atual da via, cuja obra de ampliação se iniciou no ano de 2007.

Com o canal ampliado, o tesouro panamenho projeta triplicar em uma década o um bilhão de dólares que recebe anualmente por cobrar pedágio.

As primeiras declarações públi-

cas de John Feeley, novo embaixador americano no Panamá, oferecem um esboço da visão que o governo americano tem do modelo de relação que busca manter com o istmo centro-americano, quase 20 anos depois da transferência ao Panamá da administração da via aquática.

A ampliação do Canal do Panamá, disse o diplomata, é um complemento para a economia americana, cujos investimentos no país estarão focados na nova rota. “O Panamá está aberto para receber investidores de onde quer que seja e nós vamos continuar trabalhando com eles para trazer mais investimento americano e vinculá-lo obviamente com o que é a expansão do canal”, disse Feeley minutos depois de apresentar suas credenciais, em fevereiro passado, ao presidente panamenho Juan Carlos Varela.

Suas pretensões são respaldadas com números. Durante o ano fiscal 2015, os Estados Unidos transportaram, por via aquática panamenha, 162 milhões de toneladas, muito acima dos 48 milhões transportados pela China e dos 29 milhões atribuídos ao Chile. A principal rota registrada é entre China, Japão e Coreia do Sul com a Costa Leste dos Estados Unidos, o principal usuário da orla do canal.

O Panamá, onde o dólar americano é moeda de curso legal desde o primeiro trimestre do século XX, subscreveu dia 28 de junho de 2007 o Tratado de

“As autoridades estimam que o investimento norte-americano acumulado no Panamá supera cinco bilhões de dólares americanos”

Promoção Comercial (TPC), negociado pelo ministro de Comércio e Indústria da época, Alejandro Ferrer, que contou com o aval de três governos panamenhos de diferentes partidos políticos que participaram do processo de negociação, aprovação e entrada em vigor do acordo comercial.

Em 2014, sete anos depois da assinatura do TPC, a balança comercial entre o Panamá e os Estados Unidos (excluindo a zona franca de Colón) refletiu um fluxo comercial bilateral que totalizou 3 589 925 664 dólares americanos segundo relatório do Ministério do Comércio e Indústrias panamenho. Durante esse mesmo ano, as exportações de produtos panamenhos para os Estados Unidos totalizaram 157 400 096 dólares enquanto as importações de produtos norte-americanos somaram 3 432 525 568 dólares americanos.

Entre 2012 e 2015, segundo a mesma fonte, estabeleceram-se em Panamá sedes regionais de empresas multinacionais dos Estados Unidos. As autoridades estimam que o investimento norte-americano acumulado no Panamá supera cinco bilhões de dólares americanos. Atualmente, por exemplo, os estaleiros panamenhos beneficiam-se da eliminação, por parte dos Estados Unidos, da sobretaxa de 50% para a reparação de naves com bandeira norte-americana no Panamá. Tal taxa foi suprimida como resultado da negociação do TPC.

A segurança e o narcotráfico:

Apesar dos atos de suposta corrupção que salpicam figuras do governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), que inclusive mantém em prisão preventiva seu ministro de Segurança por supostas anomalias na compra de radares, os Estados Unidos dão ao governo passado uma qualificação A+ em matéria de segurança e luta contra o tráfico de narcóticos.

Em junho de 2015, Jonathan Farrar, ao término de sua missão como embaixador dos Estados Unidos no Panamá, disse que, na área de segurança e soberania, a administração de Martinelli fez um bom trabalho ao recuperar o território em Darién, província limítrofe com a Colômbia, que antes estava sob a influência das Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] e do crime organizado. “Agora se está demonstrando que havia problemas na área da transparência. É muito importante para o país melhorar a transparência e que o sistema jurídico possa funcionar”¹.

Martinelli, que reside nos Estados Unidos desde janeiro de 2015, depois de aludir a suposta perseguição política, foi alvo de 12 de denúncias por supostos atos de corrupção no exercício de suas funções públicas, ainda que apenas em seis delas se tenha iniciado uma investigação formal contra ele. Ante o referido, o embaixador americano da época comentou: “É preciso

¹Diario La Prensa. 5 de junho de 2015

“Por iniciativa dos Estados Unidos, o Panamá instalou o Sistema de Informação Avançada de Passageiros”

ver como evoluem as investigações. Se chegar o momento em que o Panamá queira pedir-nos colaboração, há canais muito bem definidos por meio da embaixada. Estamos dispostos a colaborar”².

A prudência diplomática talvez encontre uma explicação. No governo de Martinelli, os Estados Unidos apoiaram a iniciativa de instalar bases aeronavais em diferentes pontos do país com o propósito de contribuir para a luta contra o tráfico de drogas que faz do Panamá uma passagem obrigatória em direção às ruas norte-americanas, e firmou acordos de cooperação em matéria de segurança fronteiriça e assistência à província de Darién por um montante de pouco mais de 15 milhões de dólares.

Por iniciativa dos Estados Unidos, o Panamá instalou o Sistema de Informação Avançada de Passageiros (APIS, por suas siglas em inglês), a fim de intercambiar informações em tempo real que permitam detectar carga e passageiros de alto risco em e de Tucumén, principal terminal aeroportuário do país, hoje em processo de ampliação de suas instalações.

O atual governo de Varela (2014-2019), que impulsionou as denúncias de suposta corrupção contra os antigos funcionários, nomeou três funcionários, que desempenham funções em três entidades de segurança (Migração, Serviço Nacional de

Fronteiras e Serviço Nacional Aeronaval) desde a administração Martinelli.

De fato, o atual diretor da Polícia Nacional. Omar Pinzón foi designado pelo governo passado como delegado em Washington, antes que Varela o selecionasse como o máximo chefe policial.

Considerações finais

No Panamá parece haver consenso na análise dos efeitos que a eleição de um novo presidente dos Estados Unidos terá no istmo. Independentemente do viés político de quem ocupará a Casa Branca a partir de janeiro de 2017, a política dos Estados Unidos com relação ao Panamá se manterá sem maiores mudanças, uma relação de interesse que se baseia na cooperação em assuntos de segurança e no intercâmbio comercial.

De fato, Bill Clinton, marido da candidata que parece que será nomeada pelo Partido Democrata, visitou o Panamá pelo menos três vezes nos últimos dois anos seja como palestrante seja como convidado para a inauguração de uma nova fase do primeiro Parque Eólico do Panamá, onde a Fundação Clinton é um dos investidores. A iniciativa procura reduzir gradualmente a dependência dos combustíveis fósseis. Através de sua Iniciativa Global (CGI, por suas siglas em inglês), Clinton, que em sua administração transferiu o canal para mãos panamenhas, apoia o uso de energia renovável.

²Diario La Prensa. 5 de junho de 2015

“O Peru está atravessando seu próprio processo eleitoral, estando a menos de um mês das eleições”

Donald Trump, o magnata que lidera a preferência em direção à nomeação presidencial pelo Partido Republicano, tem interesses no Panamá. Na exclusiva área da capital de Punta Pacífica tem suas operações o Trump Ocean Club International Hotel & Tower Panamá, um hotel 5 estrelas que na sua inauguração contou com a presença do hoje pré-candidato republicano.

Se as pesquisas nos Estados Unidos mantiverem sua tendência, no próximo novembro será eleito um presidente entre dois candidatos que mantêm vínculos no istmo centro-americano, uma extensão da histórica relação que teve sua gênese muito antes de 6 de novembro de 1903, data em que os Estados Unidos reconheceram a independência do Panamá, um país que, nas palavras do advogado e escritor panamenho Ovidio Díaz, foi criado por Wall Street³.

Díaz, filho homônimo de um ex-colaborador do falecido general Omar Torrijos, narra em seu livro a história não contada do Panamá, que a criação da república se deu porque a política exterior do presidente Theodore Roosevelt foi sequestrada por um grupo de magnatas financeiros e comerciais americanos, que queria assegurar-se os lucros que renderia um futuro canal interoceânico, cuja operação começou em agosto de 1914.

³ Díaz Espino. O. (2003). El País creado por Wall Street: La historia no contada de Panamá. Editorial Planeta Colombiano 273 páginas.

PERU

Por José Carlos Antón, diretor sênior na LLORENTE & CUENCA Peru

Devido ao convulsionado cenário político no Peru, os resultados da Superterça têm tido um impacto mais tangencial na discussão nacional. O Peru está atravessando seu próprio processo eleitoral, estando a menos de um mês das eleições. Não obstante, a presença de outsiders nas primárias americanas foi uma verdadeira revelação, inclusive para um país como o Peru, onde este é um cenário frequente.

No lado democrata, os resultados da Superterça fortaleceram a percepção inicial que apontava Hillary Clinton como representante final de seu partido na corrida presidencial. No entanto, o fenômeno Sanders não passou de todo despercebido, capturando a atenção de alguns setores de esquerda e jovens que veem em seu discurso de revolução política, a partir de um eixo vertical – os de cima versus os de baixo –, um caso interessante que poderia gerar um novo espaço político no futuro.

Entretanto, é no lado republicano onde ocorreu a grande surpresa. O auge de Donald Trump como o quase inevitável nomeado do partido, causou impacto na cobertura feita pela mídia, embora o foco se mantenha nas eleições peruanas. Com um discurso xenofóbico, contra o

“Algo que distingue claramente os resultados da última Superterça é a diferença entre os momentos políticos que os Estados Unidos e o Peru atravessam”

establishment e crítico à política econômica da administração Obama, Trump conseguiu fascinar um setor do eleitorado americano que vê em suas propostas uma espécie de relegitimação dos americanos tradicionais (o “Make America Great Again”).

A possibilidade de um governo de Trump convida-nos imediatamente a perguntar o que isso poderia representar. Durante os últimos anos, o Peru vem fortalecendo suas relações com o governo americano. Além do Tratado de Livre Comércio assinado em 2006, o Peru encontra-se em processo de ratificar a assinatura do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), que inclui os Estados Unidos e do qual Trump é um férreo opositor. A isso se acrescentam medidas que já estavam encaminhadas como a possibilidade de isenção de visto para os Estados Unidos, convênios relacionados com a educação e projetos de desenvolvimento que ainda dependem da cooperação americana¹, todos eles incertos quanto ao que poderia acontecer dada a agressiva política anti-imigrante e antitratados impulsionada por Trump.

Não obstante, à margem das especulações sobre o que ocorreria num eventual governo de Trump, algo que distingue claramente os resultados da última Superterça é a diferença entre os momentos políti-

¹ Fonte: RPP Noticias. <http://rpp.pe/lima/actualidad/exoneracion-de-visa-a-eeuu-depende-del-peru-afirma-embajador-noticia-832431>

cos que os Estados Unidos e o Peru atravessam. Enquanto nos Estados Unidos vemos o surgimento de outsiders contra o establishment, como Trump e Sanders, apoiados pelas classes trabalhadoras que ainda não viram os benefícios da recuperação econômica americana e que veem nestes candidatos uma possibilidade de mudança perante o centro político tradicional, representado por Obama, no Peru a situação é diferente. O país está estagnado, depois de anos de um crescimento econômico acima da média; por isso, agora a aposta é num governo moderado que faça primordialmente as mudanças econômicas necessárias para promover o investimento e que esteja afastado de posições extremistas que possam representar o retorno a épocas de recessão que mantiveram muitos na pobreza e que ainda estão latentes no imaginário peruano.

REPÚBLICA DOMINICANA

Por Iban Campo, diretor geral na LLORENTE & CUENCA República Dominicana

“Quando os Estados Unidos espirram, a República Dominicana pega uma pneumonia”. É a maneira popular com que a sociedade dominicana explica a relevância que tem o que ocorre no poderoso vizinho do norte, o principal parceiro comercial do país e receptor de mais de um milhão de dominicanos que compõem a maioria dos integrantes da diáspora.

“O impacto da política norte-americana na economia manifesta-se fundamentalmente em três âmbitos: investimentos, remessas e comércio”

O impacto da política norte-americana na economia manifesta-se fundamentalmente em três âmbitos: investimentos, remessas e comércio. Deve-se acrescentar a isso a ação da Reserva Federal e seu manejo das taxas de juros, algo de que o Banco Central da República Dominicana vive pendente, e o comportamento do emprego como elemento que dinamiza ou restringe a economia americana, o que incide no consumo.

A repercussão social dá-se através de programas apoiados especialmente pela Embaixada e pela USAID em espaços como a justiça, a educação e, com ênfase durante a administração Obama, os direitos humanos. As iniciativas para lutar contra o narcotráfico e para criar consciência contra a corrupção têm aumentado nos últimos anos, o que tem gerado controvérsia ao entender-se em ocasiões como intromissão nos assuntos internos do Estado. Um debate público também está sendo criado pelos direitos do LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), dirigida pela Embaixada.

Em matéria econômica, os investimentos estrangeiros de 2010 até setembro de 2015 somaram 13 bilhões e 352 milhões de dólares, dos quais 20% aproximadamente pertencem aos Estados Unidos, com um montante de 2 milhões e 285 mil dólares somando os 286 milhões de dólares registrados até esse mês do ano passado. O montante mais alto verificou-

se em 2010: 1 bilhão, 54 milhões e 500 mil dólares.

No âmbito comercial, de acordo com estatísticas do Departamento de Comércio norte-americano, em 2015 as exportações dominicanas, incluídas as da zona franca, para esse país ascenderam a 4 bilhões e 660 milhões de dólares, 3,1% mais do que em 2014. Quanto às importações, a República Dominicana recebeu produtos e serviço num valor de 7 milhões e 134 mil dólares, 9,9% menos do que um ano antes. A balança comercial continua sendo deficitária. Parte dessa redução deveu-se, no entanto, à redução dos preços do petróleo e não a uma melhora substancial de exportações de bens nacionais.

A economia dominicana tem no dinheiro que envia à diáspora uma de suas três principais vias de rendimento, junto com o turismo e as exportações das empresas da zona franca. O ano passado, as remessas do exterior subiram para 4 milhões e 882 mil dólares (equivalentes a 7,5% do PIB), e 80% provêm de dominicanos que residem nos Estados Unidos e que superam um milhão de pessoas, localizados principalmente em Nova York e arredores.

A atenção agora está voltada para o Acordo de Livre Comércio com países do Pacífico, o chamado TPP, o que poderia afetar a chegada e investimentos e as exportações, especialmente de zonas francas. Por

“O que, sim, se tem claro na República Dominicana é que Hillary Clinton é amiga do país”

enquanto, nenhum dos pré-candidatos com mais probabilidade de obter a representação de seus respectivos partidos para as eleições de outono tem o tema dentro do seu programa eleitoral.

O que, sim, se tem claro na República Dominicana é que Hillary Clinton é amiga do país, pois tem uma profunda amizade com Frank Ranieri, o empresário turístico que pôs Punta Cana no mapa do turismo mundial, e com sua família. Enquanto isso, Donald Trump fez negócios cerca de uma década com os proprietários de outro grande projeto que não está passando por bons momentos: Cap Cana. Não foi uma boa experiência.

Entre a ex-secretária de Estado e o multimilionário homem de negócios, os dominicanos devem tender a preferir a dama. Sua visão sobre a migração em seus país permitiria, se seguir com a ideia de Obama, a regularização de dominicanos que hoje vivem com o medo de um dia ser capturados e deportados.

Isso não convém ao país, porque o necessário é que os indocumentados se tornem pessoas com documentos que possam inserir-se no mercado de trabalho no qual geram as remessas que religiosamente continuam enviando a diferentes pontos da geografia nacional. Também se supõe que se daria continuidade ao apoio a

programas sociais, energéticos, antidrogas e de segurança dos cidadãos que estão em andamento e cujo futuro poderia não estar assegurado em caso de vitória republicana.

II. IMPLICAÇÕES PARA ESPANHA E PORTUGAL

ESPANHA

Por Joan Navarro, sócio e vice-presidente de assuntos públicos da LLORENTE & CUENCA Espanha

Após o ano de muitas eleições vivido na Espanha, com até quatro eleições ao longo do ano, em 2016 vive-se nos Estados Unidos um acontecimento eleitoral de grande intensidade.

Com o fim do mandato de Barack Obama na Casa Branca, os dois partidos que disputam a presidência embarcam num processo de eleição de seu candidato, que faz com que um ano antes das eleições o país se encontre imerso numa empolgante campanha.

As prévias e primárias de ambos os partidos em torno a uma figura têm que ver muito pouco com o sistema eleitoral da Espanha, no qual primam a pujança e a linha do partido político. As equipes de campanha, os voluntários, a procura por financiamento e apoios, os debates entre candidatos de um mesmo partido enfrentando programas muito diferentes e a espetacular cenografia tornam as eleições

“Apesar das enormes diferenças, encontramos algumas semelhanças com estas últimas eleições gerais na Espanha”

americanas um grande acontecimento.

Apesar das enormes diferenças, encontramos algumas semelhanças com estas últimas eleições gerais na Espanha. O candidato ganhou um maior protagonismo, a aproximação às pessoas na campanha foi um valor em alta, e os estúdios de televisão transformaram-se em impulsores de candidaturas e lugares de trânsito inevitáveis para os representantes de todos os partidos.

É precisamente esta espetacularização da política, tão própria da cultura americana, que começou a infiltrar-se nos processos eleitorais espanhóis, ainda que os sistemas de ambos os países tenham necessidades muito díspares.

Por sua parte, nestas eleições os Estados Unidos parecem estar apresentando uma particularidade que se está produzindo em diversos países europeus, entre eles a Espanha. Trata-se do que se tem denominado o voto da raiva, o voto de quem não encontrou solução nos sistemas políticos atuais e busca uma alternativa que rompa ou se distancie do passado, que critique as debilidades do sistema e dos partidos tradicionais.

Enquanto na Europa este voto se está canalizando em partidos extremistas à direita e à esquerda do espectro ideológico, encabeçados por um líder que representa esta ruptura, nos Estados Unidos

esse votante descontente está vendo em Donald Trump sua melhor opção. Tanto é assim que representantes do Partido Republicano, sob cujas siglas se apresenta, observam em Trump um perigoso distanciamento das ideias gerais que definem o partido e um potencial risco para a unidade dos republicanos.

Entre os democratas, a balança parece decantar-se nestas primeiras fases para Hillary Clinton e, segundo as pesquisas, é ela quem teria mais probabilidades de ganhar as eleições em novembro.

Quem for finalmente o presidente dos Estados Unidos levará a cabo um programa que se irá desenrolando nestes meses e deverá decidir sobre questões que impactarão diretamente a Europa, com indubitáveis repercussões na Espanha.

Tanto as questões sobre imigração como as políticas anti-terroristas e sobre zonas em conflito, assim como as decisões de colaboração com a América Latina, são chave para o devir da realidade espanhola nos próximos anos.

Em matéria econômica, um dos marcos mais relevantes encontra-se na negociação ainda aberta sobre a Associação Transatlântica sobre Comércio e Investimento (TTIP), um acordo que repercutirá na economia espanhola na redução de barreiras comerciais, na bilateralidade do comércio e nos investimentos.

“Faltam ainda uns meses para conhecermos o interlocutor nos Estados Unidos, mas o próximo governo espanhol também é uma incógnita”

Segundo a concretização final do TTIP, o acordo poderia permitir às empresas espanholas acessar novos mercados, o que suporia maiores exportações, e poderia atrair maiores investimentos, o que se traduziria finalmente num aumento do PIB. Mesmo assim, apesar dos benefícios, não se podem esquecer certos extremos que poderiam prejudicar os interesses espanhóis.

Faltam ainda uns meses para conhecermos o interlocutor nos Estados Unidos, mas o próximo governo espanhol também é uma incógnita. Uma incógnita que acarreta uma incerteza política que pode provocar um impacto negativo na economia e que terminaria na realização de novas eleições no mês de junho de 2016.

Na Espanha poderíamos falar também, como nos Estados Unidos, de um ano 2016 política e eleitoralmente intenso, no qual se abrem novos cenários cruciais para o futuro de ambos os países.

PORTUGAL

Por Carlos Ruiz, diretor da LLORENTE & CUENCA Portugal

Portugal tem demonstrado ser um forte aliado dos Estados Unidos nas últimas décadas. Entre ambos os países existem relevantes laços históricos, culturais e geoestratégicos que ambos têm sabido proteger e fortalecer. Estes dois países estão unidos geoestrategicamente por uma base militar americana

centrada nos Açores. Para os Estados Unidos, que têm uma base situada nas ilhas do Atlântico, oferece um controle da cobertura, da logística e da distribuição para a Europa e para a África. O acordo para a colaboração e defesa existente entre ambos os países também oferece uma oportunidade para aumentar seu papel no cenário internacional, pelo desdobramento progressivo da influência da OTAN na África, onde Portugal tem uma forte influência nos países de fala portuguesa.

As relações políticas limitam-se à ação da União Europeia, já que Portugal é um aliado histórico dos Estados Unidos em seu diálogo com Bruxelas. Na atualidade, uma questão domina a agenda nas relações EU-Estados Unidos: a TTIP (Associação Transatlântica de Comércio e Investimento). As negociações para chegar a um acordo comercial geraram um forte competidor, também no plano político. Sem dúvida, quem ocupar a Casa Branca em novembro de 2016 terá a última palavra sobre o conteúdo final da TTIP.

As eleições presidenciais dos Estados Unidos, no geral, são tema de algumas notícias; contudo, este ano têm sido amplamente cobertas. No caso dos meios de comunicação portugueses sobretudo pela presença de um candidato muito popular: Donald Trump. Por este motivo específico, os principais meios de comunicação estão mantendo uma estreita vigilância

“Curiosamente, há consenso nos partidos portugueses, da esquerda à direita, quanto ao candidato em que votariam se fossem cidadãos americanos”

da campanha e dos resultados destas eleições primárias.

O sistema eleitoral na Europa é ligeiramente diferente e não há profundo conhecimento da forma em que funciona nos Estados Unidos. Não obstante, podemos afirmar que Hillary Clinton e Donald Trump estão definitivamente assumindo o protagonismo para os portugueses, sendo os candidatos mais populares em geral.

Neste momento, dentro desta Superterça, a mídia e os políticos estão-se centrando nestes dois nomes e é bastante evidente que se estão inclinando por Hillary (uma tendência para os democratas que foi traçada por Barack desde 2008). Curiosamente, há consenso nos partidos portugueses, da esquerda à direita, quanto ao candidato em que votariam se fossem cidadãos americanos.

Um jornal muito importante, o Expresso, inquiriu os líderes dos grupos parlamentares e ninguém respondeu "Trump". Um total de 33 pessoas, entre elas o presidente e o vice-presidente destes partidos (Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partido Comunista, Os Verdes e PAN - o partido animal- no lado esquerdo; Partido Social Democrata e o CDS à direita), foram muito críticas a Donald Trump e seis resolveram não votar, já que afirmaram que para eles “os dois candidatos são ruins” e que “outro ainda pode ganhar nestas eleições primárias”. Os delegados restantes elegeram Hillary como a melhor opção para assumir o trono de Obama, seja porque “qualquer coisa menos Trump, um louco”, seja porque creem nas convicções e nos planos de Hillary e na boa relação que tem com Portugal e com a comunidade portuguesa nos Estados Unidos.

Autores



Erich de la Fuente é sócio e CEO da LLORENTE & CUENCA EE. UU., empresa de consultoria líder em gestão de reputação, comunicação e assunto públicos na Espanha, Portugal e América Latina. Tem mestrado em estudos latino-americanos pela escola diplomática da Universidade de Georgetown, é formado em relações internacionais pela Universidade

Internacional da Flórida e está realizando seu doutorado em filosofia no programa da Universidade das Nações Unidas-Universidade de Maastricht. Fala espanhol, inglês, português, italiano e russo. Atualmente, lidera as operações da LLORENTE & CUENCA nos Estados Unidos, com sede em Miami. Antes de entrar na empresa, fundou em 2001 EDF Communications, uma empresa de consultoria de comunicação estratégica e assuntos públicos. É especializado na elaboração e implementação de estratégias de comunicação corporativa, assuntos públicos, comunicação interna e manejo de crise para clientes corporativos e organizações sem fins lucrativos e é analista político e arquiteto de iniciativas internacionais de anticorrupção e boa governabilidade.

edelifuente@llorenteycuenca.com



Ana M. Gamonal é diretora do gabinete em Washington DC de LLORENTE & CUENCA EUA, e possui um Doutorado pela Universidade de Direito de Miami, e um BA em Ciências Políticas da Universidade Internacional da Florida. Ana acumula mais de 20 anos de experiência de trabalho na imprensa e em relações públicas, assuntos federais e do Congresso e em campanhas de divulgação e gestão de eventos. Trabalhou

ainda como diretora do Departamento de Estado de Assuntos Intergovernamentais dos EUA, onde foi responsável pela supervisão das atividades de divulgação e de ligação com os governos estatais, territoriais e locais, e com numerosas organizações não governamentais regionais e nacionais.

agamonal@llorenteycuenca.com

*Os autores reconhecem e agradecem o trabalho de **Khy Manuso** em LLORENTE & CUENCA EUA, pela sua colaboração na elaboração deste relatório.

S/A LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral Corporativo
de Talento, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e Diretor Geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

RECURSOS HUMANOS

Daniel Moreno
Gerente de RH
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de RH
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Karina Valencia
Gerente de RH
para América do Norte,
Centroamérica e Caraíbas
kvalencia@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de RH
para Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

Cink.

Sergio Cortés
Sócio, Fundador e Presidente
da Cink
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente
de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora Geral
de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

ESTADOS UNIDOS

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e Diretor Geral
edelafuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

MÉXICO, CENTROAMÉRICA E CARAÍBAS

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edifício Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor Geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Tel. +57 1 7438000

Lima

Luisa García
Socia y CEO Región Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edifício World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor Sênior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor Executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e Presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desenvolvendo-ideias.com

www.revista-uno.com.br